

ACTA Nº 12
SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BORBA
REALIZADA NO DIA 6 DE JUNHO DE 2003

Aos seis dias do mês de Junho de dois mil e três, nesta Vila de Borba e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu pelas 20:45 horas, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Borba, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM: Período antes da Ordem do Dia:

Ponto um ponto um: Análise conducente à aprovação da acta nº 10, da Sessão de 25 de Abril de 2003:

Ponto um ponto dois: Leitura de expediente:

Ponto um ponto três: Outros assuntos de interesse para a Autarquia:

PONTO DOIS: Período para intervenção do público

PONTO TRÊS: Período da Ordem do Dia:

Ponto três ponto um: Apreciação do Inventário. Documentos de Prestação de Contas: Balanço, Demonstração de Resultados, Mapas de Execução Orçamental, Anexos às Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão.

Ponto três ponto dois: Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização.:

Ponto três ponto três: Proposta de alteração à Tabela de Taxas, Licenças e Tarifas para o ano de 2003.

Ponto três ponto quatro: Apreciação sobre as actividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira:

O Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura da sessão tendo sido realizada a chamada.

Verificando-se a presença dos membros:

Joaquim Maria Godinho Veiga (PS);

Joaquim Miguel Bilro Manguinhas (CDU);

Carlos Manuel de Almeida Cabral (PS);

Mário Joaquim Trindade de Deus (PS);

Maria Filipa Martins de Almeida (CDU);

António José Moura Proença (PS);

Ivone da Conceição Balseiro Espiguinha (PSD);

Rui Manuel Ganito Bacalhau (PS);

Augusto Manuel Bilro Guégués (PS);

António Joaquim Moura Lopes (CDU);

Francisco José Ramalho Mendes (PS);

Jerónimo João Pereira Cavaco (PS);

Norberto João Figueiras Alpalhão (PS);

António José Lopes Anselmo (PS);

Joaquim Manuel Grego Esteves (PS);

António José Barroso Paixão (PS),

José António Carapeto Dias (PS);

Faltaram, os seguintes membros efectivos:

Luís Manuel do Nascimento (CDU); (anexo 1)

António Andrade (CDU);

PONTO UM: Período antes da Ordem do Dia

O Presidente da Assembleia Municipal: Vamos passar ao período de antes da ordem do dia

Ponto um ponto um: Análise conducente à aprovação da acta nº 10, da Sessão de 25 de Abril de 2003:

O Presidente da Assembleia Municipal: Alguém quer usar da palavra? Não há inscritos. Vamos passar à votação. Quem vota a favor, faz favor de levantar o braço. Quem se abstém? Quem vota contra? Está aprovada por maioria com 14 votos a favor e uma abstenção. Passamos ao ponto 1.2.

Ponto um ponto dois: Leitura de expediente:

O Senhor Secretário António Proença: Boa noite. A correspondência expedida e recebida, encontra-se aqui na mesa para consulta dos interessados (Anexo 2 e 3). Eu vou passar a ler dois documentos que me parecem ser relevantes: (anexo 4 e anexo 5).

Ponto um ponto três: Outros assuntos de interesse para a Autarquia:

O Presidente da Assembleia Municipal: Alguém quer usar da palavra?

O Membro Carlos Cabral: Boa noite a todos, é a segunda (2.^a) vez que vou falar neste assunto. Parece-me que a sinalização de trânsito no Bairro da Cerca tem que ser colocada o mais rapidamente possível. Com as prioridades da direita e as estradas agora abertas há situações ali de conflito de trânsito que mereceria pelo menos três (3) sinais ou de perca de prioridade ou de dar a prioridade, isso não percebo nada de trânsito, nem estudo isso, mas tem de lá ter sinais. Neste momento, há três vias que entram na via principal, no eixo da via principal sem nenhum sinal. Quem vem de baixo, nas ruas que são a subir e a descer, nem se vê quem vem da direita e é perigoso.

O Presidente da Assembleia Municipal: Mais ninguém quer usar da palavra? Vamos passar ao período para intervenção do público.

PONTO DOIS: Período para intervenção do público:

O Presidente da Assembleia Municipal: Alguém do público quer usar da palavra? Não há ninguém inscrito. Vamos passar ao ponto três - Período da Ordem do Dia.

PONTO TRÊS: Período da Ordem do Dia:

Ponto três ponto um: Apreciação do Inventário. Documentos de Prestação de Contas: Balanço, Demonstração de Resultados, Mapas de Execução Orçamental, Anexos às Demonstrações Financeiras e Relatório de Gestão.

O Membro Joaquim Manguinhas : Não sei se o Senhor Presidente da Câmara vai dar alguma explicação prévia em relação a isto, de qualquer maneira, já que tenho a palavra, se me permite. Nós estudámos, como é natural, os documentos, mas quem tinha esta intervenção preparada de forma mais abrangente, era o doutor Luís Nascimento, que por razões de saúde da esposa, que está internada na maternidade com ameaça de parto, não pode estar aqui, de maneira que estamos assim um pouco na expectativa de que surjam alguns esclarecimentos que são necessários para podermos em consciência votar o documento em causa. Eu agora aguardo a palavra, a explicação que o senhor Presidente der e pedia, se for possível, se o Presidente não se incomodar de dar a palavra ao senhor Vereador Serra, uma vez que esteve na reunião de Câmara e sabemos que lutou contra o documento. Pedia que fosse dada a possibilidade do Vereador Serra nos dar alguma explicação sobre a posição que tomou contra a aprovação do documento na reunião de Câmara que se realizou recentemente. Obrigado.

O Presidente da Câmara Municipal : Em relação ao inventário, pouco há a acrescentar, houve intervenção por parte da Câmara no sentido de ser feita uma, de certa forma, actualização do inventário, na sequência daquilo que já tinha sido feito e portanto, o que está aí , no fundo, tem que ver com o trabalho que foi feito pela empresa, depois, em termos de contabilidade foi contabilizado.

O Membro Joaquim Manguinhas : Posso? Eu peço desculpa, mas antecipei-me um pouco agora em relação ao inventário.

O Presidente da Câmara Municipal : Eu percebi, mas pronto.

O Membro Joaquim Manguinhas : Em relação à conta, é que era a minha intervenção, relacionava-se com isso essencialmente. Obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal : Não, o ponto três um (3.1) é a apreciação do inventário e dos documentos de prestação de contas. É as duas coisas.

O Presidente da Câmara Municipal : Pronto, então nesse caso continuo. Relativamente ao Relatório de Gestão, e no fundo, aos documentos, eu já passo a palavra depois ao senhor Vereador Serra, mas no fundo o que se passa com o Relatório de Gestão e enfim, com os documentos que foram distribuídos, no fundo acaba por ter que ver, se calhar com a forma como tudo isto decorreu ao longo do tempo. Portanto, como se sabe a implementação do POCAL foi sendo sucessivamente adiada, nós não temos aí qualquer responsabilidade, penso que, se ele tivesse sido utilizado a título experimental, tinha havido com certeza, neste momento, pelo menos os técnicos, os funcionários da autarquia, técnicos e não só, estariam muito mais, enfim, abalizados digamos, muito mais, já com alguma experiência quando tivessem que fazer, portanto, elaborado o documento a sério, digamos. No entanto, a Lei impunha-nos isso e portanto, fomos forçados a implementá-la já no decorrer do ano dois mil e dois (2002), claro que tendo sempre em conta as dificuldades inerentes a um primeiro (1.º) ano de mandato, por um lado, por outro lado, às dificuldades logísticas e técnicas que uma implementação de um sistema novo de contabilidade numa autarquia impõe. Portanto, os funcionários não estavam habituados, não havia experiência, não há experiência em termos de a própria empresa e todos, com certeza são testemunhas disso, a própria empresa que nos tem dado apoio em termos de sistema informático tem problemas com o sistema. A outra empresa do inventário também, portanto, os dados, não havia compatibilização em termos de software. Portanto, há toda uma série de problemas que estão por detrás deste relatório e que, de certa forma, podem e, o que é normal, ter alguns pequenos erros, mas de qualquer maneira nós preferimos fazer este como aqui está, com erros, do que aprovar, aliás isso já foi dito, como algumas autarquias o fizeram, baseadas em legislação que já está completamente desactualizada ou enviar os documentos para o Tribunal de Contas sem demonstração de resultados, sem balanço, portanto, sem nada, à espera que o Tribunal de Contas agora peça esses documentos para ganhar tempo. Por outro lado também, o facto de não existir nesta Câmara sistema de contabilidade de custos que nos permitisse aferir os custos reais das obras e dos bens produzidos pela autarquia, o que nos levou a que tivéssemos, mais uma vez, esforçado no sentido de tentar encontrar um sistema que ainda não está concluído, que está em fase de implementação, que se pretende aperfeiçoar cada vez mais. Portanto, apesar destas dificuldades técnicas todas que surgiram, no fundo, nós procurámos fazer da melhor maneira, dentro do mínimo exigido por lei, contrariamente ao que se passa noutras autarquias, nós todos temos conhecimento disso. No decorrer da execução orçamental, foram feitas algumas alterações que são da minha responsabilidade e que são relacionadas com ajustamentos que foram necessárias efectuar, no que diz respeito às despesas correntes que apresentaram cinquenta e um (51) vírgula setenta e um (71), no total das despesas, face aos sessenta (60) vírgula noventa e três (93), registados em dois mil e um (2001), portanto, verificou-se um decréscimo, um decréscimo percentual de nove vírgula dois (9,2) pontos relativamente ao ano anterior. Relativamente às despesas com o pessoal, também representam sessenta e sete (67) vírgula cinquenta e seis por cento (56%) do total das despesas correntes, apresentando um decréscimo de seis vírgula vinte e cinco (6,25) pontos percentuais. Em relação a dois mil e um (2001), registou-se setenta (70) vírgula oitenta e um (81), no total das despesas correntes. No entanto, as despesas com o pessoal, em dois mil e um (2001) portanto, representam quarenta e três (43) catorze (14) do total de despesa, e em dois mil e dois (2002) representam trinta e quatro (34) noventa e quatro (94) da totalidade de despesa, portanto, registando-se assim um decréscimo de oito vírgula dois (8,2) pontos percentuais. No que se refere às despesas de capital, portanto representam quarenta e oito (48) vinte e nove (29) do total das despesas, face a setenta e nove (79) zero sete (07), registado em dois mil e um (2001), portanto, assistiu-se a um decréscimo de nove vírgula (9,2) pontos percentuais. Eu penso que, no que diz respeito às receitas terá que ver naturalmente com o abrandamento da actividade económica, que se reflecte também nas contas. Depois, apesar de apresentar um orçamento superior ao ano dois mil e um (2001), e das restrições referidas, apresentou um nível de execução superior ao ano anterior de acordo com os valores que aliás aparecem no relatório. Portanto, se compararmos as despesas totais em dois mil e um (2001) com as despesas totais em dois mil e dois (2002), há um aumento, também em relação às receitas, há esse, esse aumento. No que se refere à execução do plano plurianual apresenta uma execução total de quarenta e dois (42) vinte e seis (26), condicionada pelos factores que foram referidos anteriormente e que limitaram, portanto, também as receitas. No que diz respeito ao balanço e à demonstração dos resultados, considerando que é o ano de implementação do POCAL e portanto, que é

difícil, talvez o impossível seja muito, muito forte, mas talvez era extremamente difícil proceder a uma análise comparativa com os anos anteriores, dado que o sistema adoptado não era o mesmo, portanto poderia haver, podia eventualmente ter havido comparação, mas naturalmente também haveria, com certeza, distorções. No entanto convém referir que, apesar da autarquia apresentar resultados líquidos de exercício negativos, eles são fortemente influenciados pelo valor das amortizações e pelas despesas processadas e não pagas que transitaram de dois mil e um (2001), que estão aí e, portanto, se as contas fossem feitas, o resultado seria positivo. Nós, aliás já distribuí agora, durante esta reunião, aos Senhores Vereadores, nós achámos que eram necessários alguns esclarecimentos técnicos relativamente a algumas contas que aí apareciam, nomeadamente a conta vinte e sete (27) quarenta e cinco (45) e a conta sessenta e nove (69), sessenta e nove (69) setenta e dois (72), a conta setenta e cinco (75) e, portanto, pedia aos técnicos que fizessem este esclarecimento que aqui está, que peço à senhora funcionária que distribua e, se houver alguma questão mais a colocar, portanto em termos políticos responderei eu, em termos técnicos estão os técnicos aí à vossa disposição. Para quem não conhece, portanto o Doutor Nuno, suponho que já toda a gente conhece, a Doutora Ana foi a técnica de contas que nós recrutámos, já durante este ano, porque achámos que era necessário haver pessoas abalizadas para este tipo de trabalho, que é um trabalho, como vos digo, um trabalho árduo, sobretudo quando é implementado pela primeira vez e quando não há experiência nesta área. Dizer-vos também que, contactos feitos, e nós felizmente contactamos muito uns com os outros, contactos feitos pelas várias Câmaras aqui assim à volta, esta questão dos resultados, da questão das amortizações é problemática e nós sabemos perfeitamente que poderá sempre haver formas de apresentar os dados de outra forma, de outra maneira. Nós podíamos inclusivamente ter encontrado aqui soluções para tornar este resultado negativo em resultado positivo, há sempre formas de tentar torcer as situações, não sou especialista em contabilidade, mas de qualquer maneira o meu simples quinto (5.º) ano do curso geral de comércio, como tinha o meu antecessor, permitem-me pelo menos fazer aqui assim algumas análises que, de certa forma, me permitem fazer afirmações deste género. Portanto, há sempre formas se houver aqui especialistas da matéria com certeza que sabem que há sempre diferentes formas de apresentar as contas, os números. Quem trabalha com números sabe que as coisas nem sempre correspondem, às vezes, à realidade. Bom, para já, fico-me por aqui.

O Presidente da Assembleia Municipal : Vereador Serra, se faz favor.

O Vereador Serra Silva : Antes de mais, muito boa noite a todos os presentes e, só pegar aqui na última expressão do senhor Presidente, há muitas formas de apresentar as contas e, até na escola a gente fazia isso, só que depois uns tinham-nas certas e outros tinham-nas erradas, mas isso acontecia, mas muitos apresentavam-nas de maneira diferente, mas nem todas estavam certas, mas mesmo, mesmo dentro da contabilidade, e é um dos princípios da contabilidade é que a contabilidade deve espelhar o exercício da actividade da organização, deve ser o mais exacta possível, e deve seguir as regras contabilísticas que estão definidas à partida para se fazer, para se fazer a conta. Portanto, mas eu ia começar por, fazer primeiro uma análise política, e a análise política faço-a mais sobre o desempenho da actividade por parte deste Executivo e depois faria uma exposição técnica sobre alguns pormenores da conta com os quais não estou de acordo e o documento que foi distribuído agora pelo Senhor Presidente vem, vem confirmar isso e, vem confirmar, mas não vem resolver, vem só confirmar. Sobre as questões de execução do plano plurianual de investimentos, não podemos estar satisfeitos com aquilo que foi o desempenho deste, deste Executivo. São quarenta e quatro por cento (44%) de execução, o que vai atirar este PPI, em termos de execução, que estava previsto para quatro anos (4), nem em dez (10) se chega a realizar, tendo em conta que estamos a falar de um ano em que as receitas, possivelmente, foram o mais extraordinário possível. De maneira que não se vislumbram para este Executivo bons dias no que vem a seguir, mas antes pelo contrário, dificuldades. Podemos, ao analisar a execução do plano plurianual de investimentos, podemos verificar que, pelo menos vinte e duas (22) acções ou vinte e dois (22) projectos, previstos iniciar em dois mil e dois (2002), não tinham nenhuma execução, ou seja, apresentavam execução zero (0), no final do ano.

O Presidente da Assembleia Municipal : É só um momento.

O Membro Rui Bacalhau: Peço desculpa, mas o Serra da Silva pode fazer uma apresentação política e técnica sobre estes dados? Não é membro da Assembleia, penso eu assim, não sei se estou a interpretar mal.

O Presidente da Assembleia Municipal: Foi inquirido pelo Membro da Assembleia para se pronunciar sobre o assunto.

O Vereador Serra Silva : Dizia eu que vinte e dois (22) projectos e acções, previstos iniciar em dois mil e dois (2002), não apresentavam qualquer execução, e estávamos a falar de projectos importantes como na aquisição de terrenos para novos loteamentos para a sede da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu, o Parque de Feiras e Exposições e a Zona Industrial do Alto dos Bacos. Verificámos ainda que, e também de acordo com o PPI e com a sua execução, que o actual Executivo ainda não iniciou nada de novo, limitou-se apenas a gerir as obras iniciadas no anterior mandato e mesmo essas com ritmos muito baixos. A taxa de execução de quarenta e quatro por cento (44%) é bastante elucidativa de que é preciso uma maior dinâmica para o desempenho e cumprimento dos planos que foram traçados. A taxa de execução apresentada mesmo assim é desvirtuada em relação àquilo que é mesmo a sua execução, e digo que é desvirtuada porquê? Porque existem muitos valores que aparecem espelhados, quer nesta conta, quer no plano de execução, que dizem respeito a obras que já vinham executadas no mandato anterior, mas cujas facturas não estavam pagas e como foram pagas neste, neste mandato, a execução recai sobre este mandato. Por isso, se retirarmos a esta taxa de execução também esses valores, então vamos ficar com uma taxa muito inferior aos quarenta por cento (40%) ou aos trinta e cinco por cento (35%). E penso, mais uma vez, que é preciso ponderarmos sobre isto e ganharmos novos alentos e novas dinâmicas. Se tivermos em conta que este foi um ano extraordinário, em termos de receitas, e quando digo que é extraordinário, porquê? Porque surgiram para este Executivo um conjunto de receitas que não vão surgir no próximo ano, refiro-me a setecentos e cinquenta mil euros (750.000) dos terrenos da variante, apareceram este ano, mas já não aparecem, não aparecem este ano, nem vão aparecer no próximo, refiro-me a um conjunto de obra feita e com autos de medição, apresentados na CCR, mas que de Agosto para cá, de dois mil e um (2001), não mais foram pagos, vindo-se depois a reflectir esses pagamentos no início do ano dois mil e dois (2002). Refiro-me ainda a obras, a candidaturas que foram aprovadas no início deste ano e que já tinham uma parte de obra executada e paga, e que, efectivamente, resultou numa receita bruta para a Câmara, falamos do quê? Falamos da Ribeira, que estava, aquilo que estava executado, estava pago e a candidatura veio agora. Falamos da Feira do Queijo que foi realizada em Borba, a última foi realizada em Borba, cuja candidatura não tinha sido homologada pela senhora Ministra, e depois, posteriormente, veio a ser homologada e resultou também numa receita. Podemos falar também da obra do Jardim que avançou, mas também já havia uma parte de obra que já estava executada do mandato anterior, nomeadamente as casas de banho e coisas do género, que também consiste em despesa e que se pode ir buscar esse reembolso sem ter que fazer despesa. Assim como também, mesmo nesta obra da rua de S. Francisco, como ela não é só da rua S. Francisco, engloba também os arranjos ali junto ao Viriato, engloba também aquelas calçadas junto à escola e junto ao Bairro Primeiro de Maio, pronto, são também trabalhos que estão realizados e que, efectivamente, sem despesa, se pode ir buscar aquela receita dos fundos comunitários. É por isso que acho que são receitas extraordinárias e que não se voltam, não se voltam a repetir. Também dizer, que se extrai também dos documentos que foram distribuídos, que a dívida a fornecedores também baixou, cerca de cinquenta por cento (50%), mas também dizer que baixou à conta do endividamento, ou seja, substituiu-se o endividamento de curto prazo a fornecedores pelo endividamento a longo prazo e aí, foram absorvidos, no actual, no ano em que estamos a julgar a conta, em dois mil e um (2001), um empréstimo de um milhão de euros para investimentos e um empréstimo de quinhentos mil euros, que não foi totalmente, totalmente utilizado, foram quatrocentos e cinquenta mil euros, utilizados para pagamento a fornecedores. Por isso diminuámos a dívida a fornecedores, apesar de mantermos uma dívida ainda de oitocentos mil euros, mas aumentámos a dívida à banca e penso que também é preciso ponderarmos sobre isto, tendo em conta as dificuldades de endividamento que agora vêm e a utilização que já está feita dos empréstimos. Depois permite-me ainda referir o desequilíbrio orçamental que se apresenta, ou seja, quando eu me refiro ao desequilíbrio orçamental é porque, efectivamente, as receitas correntes não cobrem a despesa corrente, e aí, cerca de quinhentos mil euros, em valor bruto, em valor bruto o desequilíbrio orçamental aumentou e o

desequilíbrio orçamental não o podemos ver em percentagem. O desequilíbrio é um valor, não é uma percentagem, porque para nós, para conseguirmos este equilíbrio, este ano precisávamos de quinhentos mil euros, o ano passado, como as percentagens eram diferentes, precisávamos de menos, precisávamos de trezentos e tal mil, ou quatrocentos mil, pronto. Então não podemos ir por esse factor da percentagem, temos que ir directamente por um valor exacto e o desequilíbrio aqui aumentou. A contenção das despesas com pessoal, que o senhor Presidente falou, efectivamente, se nós formos só ver a rubrica das despesas com o pessoal, nós vimos que ela baixou, mas temos que procurar saber baixou como e porquê, e logo a seguir, numa rubrica de aquisição de serviços, nós vimos que essa aumentou vinte e cinco por cento (25%), e que essa aquisição de serviço esconde muito pessoal, ou seja, é pessoal que presta serviço a recibos verdes, temos aqui, se calhar exemplos, não estou a menosprezar as pessoas que prestam serviços a recibo verde, mas é preciso perceber que houve pessoas também contratadas, que trabalhavam a termo, que viram extinguir-se os contratos, não fizeram mais contratos, mas como eram necessárias à Câmara mudaram, deixaram de ser contratadas e de estar nas rubricas do pessoal e passaram para a aquisição de serviços, a recibo verde. Por isso, temos que também ter esta noção para podermos também perceber, tendo em conta que a situação dos recibos verdes também não se poderá arrastar por muito mais tempo porque a legislação já os proibiu quando existe hierarquia, quando existe soberania hierárquica, quando existe cumprimento de horário, quando existe uma série de coisas, as pessoas não podem estar em recibos verdes, têm que ter uma outra modalidade de contratação. E isso também se chama a atenção da maioria do Executivo para que também pondere essa situação, tendo em conta também os interesses dos próprios trabalhadores e as regalias e as condições de trabalho. Pronto, e penso que, em termos de análise política, ficava-me por aqui. Outras coisas haveria a dizer e muito mais haveria a dizer, mas também penso que os Membros da Assembleia e mesmo os Membros da Assembleia do CDU também conhecem a actividade e poderão também exercer, depois completar. Relativamente à análise técnica, também dizer que eu votei contra, votei contra, contra, na reunião de Câmara e fundamentei, e o fundamento que invoquei, foi que havia alguma falta de rigor na conta, ainda dei contributos nessa reunião e ainda antes da reunião dei um contributo, falando com o técnico, de modo a resolver uma rubrica que estava, que estava errada e resolveu-se ali, e ainda foi substituída, mas também por falta das condições de trabalho que tenho tido nesta Câmara, por falta de não ter um gabinete onde possa trabalhar, por falta de não ter outro tipo de meios que me permitam dar um maior contributo à vida desta autarquia e ter uma maior participação e uma participação mais activa, apesar de ver outros, de detectar outros erros na conta, também lhe disse que os diria, até porque não estava ali como técnico, estava sim como político. O Senhor Presidente hoje distribuiu, antes da reunião, uma coisa que se chama um anexo, um anexo ao, chamou-lhe anexo ao Relatório de Gestão, que vem confirmar efectivamente que a conta contém erros, que a conta contém erros, erros, e agora estamos aqui, erros que nós podemos achar, uns que são grosseiros e outros podem achar que são menos grosseiros ou que não têm importância. Eu penso que têm importância e a pior coisa que pode acontecer, quando se reconhece o erro, é não o procurar solucionar, é não o resolver e é deixar isto ir com os erros, até porque os erros que apresentam não são erros que não possam ser resolvidos, podem e nalguns casos, até dizem aqui como é que eles seriam resolvidos. E penso que para este Executivo, não deve ser indiferente apresentar uma conta com dois milhões de euros, de resultado negativo ou apresentar com quinhentos mil, de resultado negativo. Eu penso que isto deve ser ponderado e deve ser tido em conta, até porque o que nós temos que ver, é que a legislação está a ser alterada constantemente e, possivelmente, depois das Câmaras aderirem a este sistema do POCAL e de terem uma contabilidade mais semelhante com as empresas privadas, possivelmente o próprio endividamento das autarquias passará também pela demonstração dos resultados, pela capacidade que as Câmaras tenham de, efectivamente, de vir a pagar os empréstimos e isso não é de menos importância que as contas espelhem efectivamente os resultados da sua execução. E por isso, dizer duas (2), ou três (3), notas, e dizer porque as tenho apontadas, e também dizer que não vou entrar aqui em discussões técnicas ou dizer que eu acho que é assim ou não, vou dizer as considerações, os técnicos, se acharem que devem ser tidas em conta e devem ser consideradas, tomarão as suas notas e as suas posições, e depois caberá à Assembleia Municipal, aos eleitos desta Assembleia decidir sobre o rumo a dar a esta conta e sobre a forma de melhor encaminhamento. Pronto, então dizia assim, a conta de gerência não evidencia o valor de obras que ficaram em execução na transição do mandato, reduzindo a zero (0), esse valor, conforme se pode atestar nas contas quatro (4), quatro (4), dois (2), e quatro (4), quatro (4), cinco (5). Ou seja, as obras que transitaram de um mandato para outro desaparecem, a conta de gerência ignora a carteira de projectos e

estudos elaborados e aprovados que transitaram do mandato anterior e que deveriam estar representados na conta quatro (4), três (3), e referimo-nos a projectos de execução e aqui estamos a falar de projectos técnicos, edifício notariado, jardim municipal, a rua de S. Francisco, etc. Nada disso aparece. O balanço, e permitam-me que diga isto assim entre aspas, não é verdadeiro, omitindo os valores em dívida de terceiros à Câmara Municipal, apresentando o balanço inicial zero (0), na classe dois (2), do activo, exemplo, não aparecem aqui referidas as dívidas, por exemplo, da CCR dos autos de medição que tinham em seu poder e que não pagou. Também não aparecem as dívidas de outras entidades, como por exemplo as dívidas decorrentes da obra da Estrada Municipal Quinhentos e Oito (EN-508), em que havia Câmaras que tinham dívidas a esta Câmara, também não aparecem. E também não aparecem os outros dois constantes na lista de dois particulares à Câmara. A conta de gerência falseia o real valor do património, não considerando a incorporação dos bens, nos bens imóveis da classe quatro (4), o valor da obra realizada entre Fevereiro de dois mil e um (2001), e Dezembro de dois mil e um (2001), ou seja, a firma Site fechou o inventário em dois mil (2000), ou em Janeiro de dois mil (2000), durante os meses do ano de dois mil e um (2001), houve execução, houve investimento realizado e esse investimento depois não foi incorporado nos bens imóveis. A conta apresenta um erro grosseiro e isso está aqui nas notas e reconhecem que foi um erro, que está aqui, que desvirtua radicalmente o valor do resultado apresentado. A conta seis (6), nove (9), sete (7), correcções relativas a exercícios anteriores, e só vou dizer o que diz a lei sobre esta conta, segundo a lei, regista as correcções desfavoráveis, derivadas de erros ou omissões relacionados com o exercício anterior que não sejam de grande significado, inerentes ao processo contabilístico. O que está aqui é de muito, muito significado, tanto que reconhecem no anexo ao balanço que isto desvirtua todo o resultado da conta, então tem significado, se tem significado e se temos soluções, temos que procurar resolver. Ora, foram lançados nesta conta indevida e ilegalmente um milhão e oitenta e um mil e cinquenta e nove vírgula vinte e três euros, este procedimento confunde aqui, quando fizeram a conta, e continuam a confundir quando fazem esta nota, neste procedimento confunde despesa com custo e despesa com investimento, e isto é preciso distinguir, isto é preciso distinguir. Este procedimento, para além de falsear o real valor do património, lesa a Câmara Municipal ou Estado no procedimento relativo ao processamento do IVA por debilitação do mesmo, e isto é preciso ter em conta. A conta de gerência deturpa, através do inflacionamento indevido dos custos por amortizações, e aqui digo, porque consideraram e introduziram amortizações sobre terrenos e terrenos não são amortizáveis, os terrenos não têm amortização, os terrenos, a taxa de amortização é zero (0), terra é sempre terra, se lá estiver uma coisa construída, isso é amortizado, tem um período de vida útil, mas o terreno, o terreno não tem um período de vida útil, pode-se tirar o edifício e o terreno fica lá. Esse não é amortizado e a conta tem amortizações sobre terrenos. A conta de gerência não evidencia a natureza da dívida a terceiros, nomeadamente no destino da dívida a fornecedores de conta corrente, consumos e fornecedores de imobilizado, e isto é diferente, é diferente dever-se ao Manuel do restaurante, porque são dois (2), almoços, do que dever a quem fornece materiais para as obras, e isso são classificados de maneira diferente, uns são custos e outros são investimentos. Considerando indevidamente e de forma estranha e surpreendente a dívida a terceiros na conta dois (2) seis (6) nove (9), isto também não percebo, adiantamento por conta de vendas, quer dizer que a Câmara ainda não tinha entregue as coisas mas já tinha recebido, não percebo, deve aqui haver uma confusão. E o valor desta conta faz o balanço divergir em mais de oitocentos mil euros, conforme se pode aferir pelo mapa oito (8) seis (6) dois (2), depois quando fazemos a transição do mapa para lá, desaparecem oitocentos mil euros. As notas ao balanço, apesar de escasso e incompleto, são peremptórias, e penso que isto tinha resolvido aquilo que depois procuram aqui na conta setenta e cinco (75), as notas ao balanço, apesar de escassas e incompletas, são peremptórias ao afirmar taxativamente na referência ao ponto um (1), oito (8), dois (2), um (1), que foram seguidas as normas e disposições legais constantes no Pocal, sem referir a existência de qualquer derrogação às mesmas, isto é, nas notas da conta vem lá que não há derrogações, e depois, neste anexo, que se for preciso vai-se depois distribuir, na conta setenta e cinco (75), vem um bocado nítido de uma derrogação, ou seja, uma coisa que não foi possível aplicar, mas se existem derrogações têm que justificar porquê, não as consideraram no anexo, não as consideraram quando fizeram as notas ao balanço, disseram que não havia derrogações, pelo menos, não sei, e aqui vem justificado uma derrogação. A conta setenta e cinco (75), trabalhos para a própria entidade, regista os trabalhos que a entidade realiza para si mesma sob sua administração directa, aplicando, estou a incomodar?

O Membro Norberto Alpalhão: eu pergunto se intervenção, vinda de um Vereador é correcta?

O Presidente da Assembleia Municipal : Eu pedia um bocado de calma às pessoas. Ao dar a palavra ao Vereador Serra, tive em consideração duas coisas, primeiro não havia inscritos, ninguém se inscreveu para falar. Depois tive em consideração aquilo que o senhor doutor Manguinhas referiu sobre a análise que era para ser feita pelo doutor Nascimento que, por problemas de saúde de familiares, não podia estar presente. A bancada da CDU pode não estar preparada tecnicamente para assumir a discussão. Eu gostava que os trabalhos continuassem. O Vereador Serra está quase a acabar, não está? Se faz favor.

O Vereador Serra Silva: Muito obrigado. Na conta setenta e cinco (75), trabalhos para a própria entidade, regista os trabalhos que a entidade realiza para si mesmo, ou seja, a administração directa, aplicando meios próprios ou adquiridos para o efeito e que se destinam ao seu imobilizado ou que sejam repartidos por vários exercícios, e esta conta também aparece a zeros (0), pronto, também não se compreende. Não era difícil, não era difícil, não era preciso, portanto não podemos dizer aqui que não tínhamos a contabilidade de custos para fazer isto, não é preciso contabilidade de custos, contabilidade de custos é por funções e nós não precisávamos de fazer por funções. Pronto, portanto, eu ficava por aqui.

O Presidente da Assembleia Municipal: Obrigado. Portanto, agora vamos prosseguir, já temos inscrições. Faz favor.

O Membro Joaquim Manguinhas : Serei breve senhor Presidente. Quando eu pedi e invoquei os argumentos pelos quais pedi a opinião do Vereador que estive na reunião de Câmara, a qual eu não assisti e não posso saber qual foi a argumentação pela minuta da acta dessa reunião de Câmara, só sei que votou contra, a minha intenção, era realmente dar a possibilidade, à face da lei, à face do regimento, ao Vereador Serra, o que não é nada de anormal em lado nenhum, e que incomodou tanto alguns Membros da Assembleia, que até estiveram em Assembleias anteriores em que esta prática foi usada. Não é minha intenção fazer isto sempre, mas hoje particularmente, tendo em conta que é um documento técnico, não me interessa tanto a questão política, porque essa é fácil de perceber, uns vão votar a favor, outros vão votar contra, com mais ou menos verborreia, com mais ou menos dialéctica, sabemos quais são as posições que alguns vão tomar com certeza, e são respeitáveis, é respeitável. Estamos aqui neste local de eleição, de discussão pública de assuntos importantes e parece-me que todos, e não se deve coarctar a possibilidade de quem está melhor preparado para poder dar o seu contributo, de forma construtiva como foi o do Vereador Serra que ainda por cima é um experto na matéria, e que muitos deviam ouvir com atenção, embora politicamente, naturalmente discordem. Isto é salutar, que haja opiniões diferentes, agora é lamentável que alguns elementos da bancada do PS tenham ficado tão incomodados e tenham manifestado de forma tão incoerente, interrompendo aquilo que se estava a passar e interrompendo o discurso do Serra ao arpejo da lei e do regimento.

O Presidente da Assembleia Municipal : Muito obrigado,

O Membro Joaquim Manguinhas : E é essa questão que principalmente me interessa, o Serra pode falar, pode falar depois do Presidente lhe dar a palavra, foi o que aconteceu. O senhor Presidente também deu a palavra ao Vereador Serra ao abrigo do regimento e da lei, penso eu.

O Presidente da Assembleia Municipal : Muito obrigado, Norberto, se faz favor.

O Membro Norberto Alpalhão : Em resposta ao doutor Joaquim, só dizer, só dizer uma coisa. Dou os parabéns à minha bancada, que soubemos comportar, soubemo-nos comportar com dignidade, porque quando o Mário era Vereador e queria falar, as coisas eram completamente diferentes. Hoje, precipitei-me mas não ofendemos, o Mário muitas vezes foi ofendido, aí é que está a dignidade.

O Presidente da Assembleia Municipal : Obrigado. O Professor Cabral, se faz favor.

O Membro Carlos Cabral : Muito obrigado. Eu, em vez de fazer uma análise política e técnica, começo pela técnica e depois passo a alguns termos políticos. Embora aquilo que o senhor Vereador Serra chamou

pomposamente análise política, não o foi, de política não teve nada. Eu gostaria de primeiro saudar todo o Executivo por ter apresentado as contas pelo POCAL e quero publicamente louvar os técnicos que trabalharam na apresentação destas contas. Não é nada fácil pela primeira vez executar um relatório destes, não é de estranhar que tenha algumas falhas ou alguns erros, algumas dúvidas mesmo existentes de como se classifica nas contas algumas despesas ou como transformar algumas coisas em despesa e o trabalho feito, merece de facto que se louve os técnicos que o fizeram, e penso que sou acompanhado pela bancada toda neste louvor que quero que fique em Acta e que seja público. Sobre a análise política vou dizer o seguinte, passam cerca de dezoito (18) meses, portanto, das eleições autárquicas, logo estamos e vamos fazer dois (2) anos e, efectivamente, o que se passa aqui é que não se consegue esquecer o passado, e como o doutor Joaquim Manguinhas utilizou um par de palavras como verborreia e dialéctica, não utilizou um trio, nem quatro, utilizou um par de palavras para dizer como é que as pessoas iam votar, quer dizer, politicamente, entre a verborreia e a dialéctica. Efectivamente, o senhor Vereador Serra também só usa um casal de coisas que é: a Câmara de que eu fiz parte do Executivo, só fez coisas boas e deixou esta Câmara cheia de dinheiro, como se reflecte neste plano em receber verbas e verbas amontoadas que estavam por aí espalhadas, não nos quiseram pagar e que vieram parar agora todas à mão deste Executivo, isto não se vai repetir. Atenção, tenham cuidado, qual pitonisa, se diz já, nada disto se vai repetir, quer dizer, não vai haver mais, se calhar, mais projectos, não vai haver mais obras, etc. E logo em comparação, o anterior e o agora, sem perceber que entre o anterior e o agora houve, quer dizer, de facto um julgamento político e esse julgamento político traduziu-se por uma força que tinha a maioria absoluta passar para força minoritária, perdeu todas as freguesias e mudou-se o panorama político. E este julgamento está feito, quer dizer, está feito, foi feito, pelos votantes, foi transposto em resultados, e os resultados trouxeram as alterações. Efectivamente, se a gente for pegar nas coisas todas que se diz que estavam feitas, que estavam projectos feitos, que estavam não sei quantos, pode-se falar uma a uma sobre elas todas a ver se isso é verdade ou não, a ver se corresponde de facto à realidade, a ver se não foi preciso, alterar, quer dizer, a ver se não foi preciso convencer as pessoas a pagar. E aliás, se nos doze (12) anos de poder, do anterior poder ao autárquico, se tivesse tudo tão bem feito, não andávamos agora a falar ainda em saneamento básico, em água para as aldeias, em pavimentos dessas ruas que têm sido levantados, não andávamos a falar numa série de coisas e o mundo era mais legal. Logo, a gente, politicamente, tem que no fundo, tentar perceber que quando perde umas eleições, perde, fez o que fez, tem os seus méritos, ficam para a história, vêm outros a seguir, fazem o que fazem com opções políticas diferentes, etc. A nossa política e a questão política é discutir essas opções, é discutir os eixos de futuro, é concordar ou não concordar. Não há nenhuma obra que comece sem ter pré-projecto, projecto, aprovação de projecto até começar a obra. Sabe o senhor Vereador Serra, melhor que nós, que isto não é verdade, que está a faltar à verdade porque sabe que os pré-projectos que já estão em andamento, que já há até projectos feitos, já há compra de terrenos, por exemplo, já há até planos de pormenor, já há uma série de coisas feitas, e logo vir aqui afirmar que no PPI estão umas obras que não começaram, é no mínimo, faltar à verdade, o que não é bonito. E logo, a gente tem que se habituar um pouco a esta questão de que a galinha, quando lá estava era gorda, e agora a galinha é magra, não presta, é feio. Não é assim, nem os bons estão todos de um lado, nem os maus estão todos do outro, nem a verborreia está toda de um lado e a dialéctica do outro. Se o mundo fosse assim, a preto e branco, era um mundo extraordinariamente simples, mas não é, infelizmente não é. Entre o preto e o branco há um arco-íris e há matizes de várias cores. Eu lembro-me sempre de um livro que li quando era muito novo, que peço desculpa de citar aqui, que é um livro do doutor Álvaro Cunhal, chamava-se: "A superioridade moral dos comunistas" e, durante muitos anos foi um livro que eu li e tenho em casa e que foi preciso crescer, e ser mais adulto, para perceber quanto aquilo era errado face à vida que eu fui conhecendo, porque os homens são todos homens, com defeitos e qualidades e não há na vida, uma superioridade moral por definição. Quer dizer, há actos, práticas, dia-a-dia, viver, tentar ter valores, tentar ser digno, isso é que é o importante do dia-a-dia. E logo, a questão aqui, evidentemente que a questão que tivemos aqui e que deu azo a esta pequena discussão é uma questão que se irá pôr no futuro. Evidentemente, que a bancada da CDU ao transferir para o Vereador Serra as intervenções que deveriam ser feitas da parte da Assembleia Municipal, faz essa transferência de uma forma injusta face aos outros membros da Assembleia Municipal, porque nenhum dos outros membros da Assembleia Municipal esteve nas reuniões da vereação, nem acompanhou os assuntos como é a obrigação do Vereador Serra acompanhar. E que muito antes de eu ter acesso aos documentos, teve o Vereador Serra, já os discutiu nas reuniões do Executivo, já

leu, já estudou, etc. E então, era a mesma coisa que eu chegar aqui e dizer, como elemento da bancada do PS, a bancada não fala e transfere todas as nossas intervenções para o Presidente da Câmara, então e o que estamos aqui a fazer? Então para que serve a Assembleia Municipal?

O Presidente da Assembleia Municipal : Senhor engenheiro, está a manifestar exactamente a sua opinião,

O Membro Carlos Cabral : Senhor Presidente desculpe, o senhor Presidente é o Presidente da Assembleia Municipal, mas não responde em nome da Assembleia Municipal e a pergunta não era para o senhor Presidente, é uma pergunta metafórica, evidentemente, que estas transferências têm que ter alguns cuidados quando se fazem, eu percebo e quero perceber todas as razões invocadas, até porque vi, como estou aqui vi o senhor Vereador Serra a ler o papel onde tinha algumas notas, e era um papel que com certeza devia estar preparado para a bancada falar, houve este caso, mas francamente, temos de ter calma, e que estas coisas não se repitam sistematicamente porque se não, não vale a pena, se as coisas são assim e se depois se diz, politicamente, uns vão votar e já sabemos como vão votar, e outros vão votar e já sabemos como vão votar, então escusamos de aqui estar a discutir. É assim que querem que as coisas funcionem? Muito obrigado

O Membro Maria Filipa Almeida : Parece-me que estávamos a discutir o balanço e a conta de gerência, parecia-me eu, o ponto de trabalhos era este, mas já não sei se é assim. É evidente que qualquer dos eleitos nesta Assembleia, está em menos boas condições de avaliar estes documentos do que qualquer um dos membros da Câmara. Isso tem de ser evidente, pelo menos eles tiveram conhecimento dos documentos mais cedo, a discussão faz-se num grupo muito mais restrito em que a qualquer momento se pode chamar um técnico para dar explicações, se podem fazer propostas, se podem fazer alterações. É evidente que não é só o Vereador Serra que está melhor preparado do que nós. O Vereador Humberto, por exemplo, estou-me a lembrar do Vereador Humberto que até é um técnico superior na área da gestão, estará certamente muito bem preparado e se calhar, desculpe-me senhor presidente da Câmara, se calhar melhor preparado que o senhor Presidente da Câmara pela formação que tem, para defender este relatório e esta conta. Não vejo mal nenhum, até porque de acordo com a lei, com o regimento, qualquer Vereador não pode, deve, tem que responder a qualquer pergunta de qualquer membro da Assembleia, é obrigatório. Não sei porquê esta discussão, mas eu também não vou fazer grandes análises técnicas, até porque não me sinto particularmente à vontade para ter uma discussão técnica, o que acho é que estas coisas não deveriam ser assim e, sinceramente, a democracia funciona, a democracia institucional, depois na prática, a nível local, se calhar eu sou ainda uma grande sonhadora, se calhar vão dizer que isto são mesmo sonhos e já não tenho idade para isto, mas eu gostaria que as coisas não fossem assim. Numa questão tão complicada, tão confusa, tão difícil de implementar em todo o lado como é o Pocal, como é a nova contabilidade autárquica, eu penso que deveria haver, penso eu, estou a fazer uma reflexão em voz alta, nem troquei impressões com os meus camaradas aqui do lado, mas penso eu que seria bom, seria útil para as populações, que este assunto que, para além de ser um assunto político e aí, como já vários disseram, cada um vota como entender e faz as apreciações que entender, mas as questões técnicas poderiam ter uma maior colaboração entre eleitos das várias forças políticas e, sinceramente, nesta questão do Pocal, até por razões, enfim, que conheço bem, tenho ouvido dizer, como é difícil que estas coisas sejam feitas a tempo e horas e recorro que estamos aqui no dia seis (6) de Junho porque a Câmara entendeu, e muito bem, pedir ao Tribunal de Contas prolongamento do prazo para a entrega das contas. Não estamos aqui nos prazos em que estivemos nos outros anos, em que as outras Câmaras estavam, não estamos aqui em Abril, estamos aqui em Junho e, provavelmente, poderíamos estar aqui mais tarde, podíamos não estar aqui no dia seis (6) de Junho, poderíamos estar aqui mais tarde. Se calhar há muitas Câmaras que ainda não fizeram estas Assembleias Municipais, que ainda não aprovaram estes documentos, provavelmente muitas vão aprová-los mal feitos, com erros, com defeitos, com coisas para corrigir. É isso que vai acontecer, mas há coisas que não se devem apresentar, e eu penso que mais vale apresentar um documento, não isento de erros porque isso não haverá certamente, haverá que ter sempre alguns erros, mas um documento tecnicamente mais correcto de acordo com as normas que estão em vigor do que apresentar uma coisa só por apresentar e utilizar a força do voto só porque se tem muito mais votos para aprovar. Enviá-lo assim e depois fazer não sei quantas alterações e enviar para o Tribunal de Contas. Não estão em causa os técnicos da Câmara, os que aqui estão e a chefe de divisão que não está

aqui e outros técnicos que trabalharam nisto, que sabem de contabilidade, não estão em causa os técnicos. Isto é muito complicado, mas há coisas que se podem corrigir e a própria Câmara reconhece alguns erros. Naturalmente não me peçam que analise tecnicamente este anexo ao Relatório de Gestão, isto, como o engenheiro Cabral dizia, os que estão na Câmara estão em muito melhores condições. Portanto, a proposta, a proposta que eu vou fazer, é evidente que é uma proposta que trago escrita, não a sei de cor, é uma proposta que teve a participação de outros eleitos e de outros não eleitos da CDU e é uma proposta séria, sinceramente. Vou passar a ler, mas queria que a mesa pudesse ir acompanhando. É uma proposta à Assembleia Municipal, uma proposta sobre a conta de gerência, a apreciação política fá-la-emos, se esta proposta for votada, se for derrotada na votação e se formos votar a conta apresentaremos uma declaração de voto. Esta é uma proposta em que os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal devolva à Câmara Municipal todos os documentos referentes à conta de gerência e Relatório de Gestão, porque os mesmos não cumprem as normas legais, apresentando inúmeros e graves erros de que damos alguns exemplos. Esta proposta visa a possibilidade de corrigir os documentos e não envolve qualquer apreciação política, todos os exemplos apresentados são-no de acordo com as normas obrigatórias do Pocal, exemplos: uma conta de gerência não evidencia o valor de obras que ficaram em execução na transição do mandato, reduzindo a zero (0) esse valor conforme se pode atestar nas contas quatro (4) quatro(4) dois (2) e quatro (4) quatro (4) cinco (5), Mercado Municipal, Palacete dos Melos, infraestruturação do loteamento do Forno, infraestruturação do loteamento nossa Senhora da Vitória, infraestruturação do loteamento da Nave, infraestruturação da Zona Industrial da Cruz de Cristo. Dois (2), a conta de gerência ignora a carteira de projectos e estudos elaborados e aprovados que transitaram do mandato anterior e que deveriam estar representados na conta quatro (4) três (3), exemplo: caminho municipal mil e quarenta e um (1041), edifício do notariado, jardim municipal, rua de S. Francisco. Três (3), o balanço não é verdadeiro, omitindo os valores em dívida de terceiros à Câmara Municipal, apresentando o balanço inicial de zero (0) na classe dois (2) do activo, exemplos, do Estado por alienação de património, dos terrenos da variante EN duzentos e cinquenta e cinco (255), da CCRA pela transferência de fundos comunitários, de outras entidades, como por exemplo, das dívidas decorrentes da obra da EN quinhentos e oito (508), de outros devedores constantes na lista de devedores particulares à Câmara Municipal. Quatro (4), a conta de gerência falseia o real valor do património, não considerando a incorporação dos bens imóveis classe quatro (4) do valor da obras realizadas entre Fevereiro de dois mil e um (2001) e Dezembro de dois mil e um (2001), ou seja, desde a data do fecho do inventário, realizado pela empresa Site, até à data do final do exercício de dois mil e um (2001). Cinco (5), a conta apresenta um erro grosseiro que desvirtua radicalmente o valor do resultado apresentado. Alínea a), a conta seis (6) nove (9) sete (7), correcções relativas a exercícios anteriores segundo a lei regista as correcções desfavoráveis, derivadas de erros ou omissões, relacionados com exercícios anteriores, que não sejam de grande significado, nem sejam justamente de estimativas inerentes ao processo contabilístico. Alínea b), foram lançados nesta conta, indevida e ilegalmente um milhão, oitenta e um mil, cinquenta e nove Euros e vinte e três cêntimos (1081059,23), oitenta mil e cinquenta e nove Euros e vinte e seis cêntimos, (80059,26). c), este procedimento indevido confunde despesa com custo e despesa com investimento. d) este procedimento, para além de falsear o real valor do património, lesa a Câmara Municipal ou Estado no procedimento relativo ao processamento do IVA por duplicação do mesmo. Seis, a conta de gerência deturpa, através do inflacionamento indevido dos custos por amortizações, ao inovar a introdução de amortizações sobre terrenos. Sete, a conta de gerência não evidencia a natureza da dívida a terceiros, nomeadamente na distinção entre a dívida a fornecedores de conta corrente, consumos e fornecedores de imobilizados (investimento), considerando indevidamente e de forma estranha e surpreendente a dívida a terceiros na conta dois (2) seis (6) nove (9), adiantamento por conta de vendas, e o valor desta conta, constante em balanço, divergir em mais de oitocentos mil euros, conforme se pode aferir pelo mapa oito (8) três (3) seis (6) dois (2). Oito, as notas ao balanço, apesar de escasso e incompleto, são peremptórias ao afirmar taxativamente, na referência ao ponto oito (8) dois (2) um (1), que foram seguidas as normas e disposições legais, constantes no Pocal, sem referir a existência de qualquer derrogação às mesmas. Assim sendo, não se compreende como a Câmara Municipal propõe valorizar em zero euros e zero cêntimos, o trabalho realizado para a autarquia pelos trabalhadores da autarquia e pelos serviços municipais. A conta sessenta e cinco (65), trabalhos para a própria entidade, regista os trabalhos que a entidade realiza para si mesma, sob sua administração directa, aplicando meios próprios ou adquiridos para o efeito e que se destinam ao seu imobilizado ou que sejam de repartir por vários exercícios. Queria

terminar, senhor Presidente, dizendo que o tempo que estivemos a ouvir o doutor Joaquim Serra deveria ter sido aproveitado da melhor maneira por todos os eleitos desta Assembleia, porque o doutor Serra trabalha nesta matéria para outras Câmaras e outras juntas de freguesia, e com a participação de todos e com a ajuda de todos se calhar corrigiríamos estes erros e só estaríamos aqui a discutir as questões políticas da conta de gerência. Obrigada.

O Presidente da Assembleia Municipal : António Paixão, se faz favor.

O Membro António Paixão : Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia e membros da mesa, companheiros eleitos desta Assembleia, boa noite a todos. Eu não poderei fazer uma análise técnica às contas da Câmara porque os meus conhecimentos ficam muito aquém, mas congratulo-me por ver que a bancada da CDU trouxe aqui de facto uma análise, é deles, mas trouxe uma análise feita, houve trabalho também. Mas a minha intervenção veio mais a propósito de ajudar a esclarecer aqui o seguinte, eu ouvi com alguma atenção, percebi um pouco mal, talvez por deficiências de audição aqui atrás, a explicação dada pelo Vereador Serra, e ficou-me no ouvido ele lamentar-se, e eu também me lamento com isso porque vinte e duas (22) obras, que estavam em PPI no ano dois mil e dois (2002), não têm avançado. Vereador Serra, que o passado não sirva de exemplo para o presente, mas eu tive, já vão cinco anos e meio (5,5) que estou na Junta de Freguesia de Rio de Moinhos e, em quatro anos (4), consecutivos com a CDU, também em planos de actividades e infelizmente a CDU saiu e não conseguiu realizar nenhum deles. Por isso, não é novidade aparecer agora, nos documentos da Câmara Municipal de Borba, estas diferenças de apresentar obras e não as realizar. Muito obrigado senhor Presidente.

O Membro Rui Bacalhau: Eu queria também só dizer algumas palavrinhas relativamente a este tema, não tecnicamente porque já percebi que há aqui muitos técnicos nesta altura, também não sabia a especialidade do Serra, do meu amigo Serra, já sabia que era técnico de obras, já sabia que era de direito urbanístico e de gestão urbanística, não sabia agora de contabilidade também. És uma pessoa polivalente, dou-te os meus parabéns antecipadamente. Depois, também a doutora Filipa baralhou-me por completo na exposição dela, porque, eu já li o Pocal e nunca fala em conta de gerência, acho que ela não sabe o que é o Pocal. O Pocal não fala, acabou-se a conta de gerência de uma vez por todas, até nessa moção que aí apresentaram, só falam de conta de gerência. Isso já acabou, isso só simboliza que estão aqui a ler, a ler pura e simplesmente e não analisaram nada, isso já acabou. Eu não gosto, não fala nunca na conta de gerência, faça favor Serra da Silva, o livro que aí tens é igual ao meu. Outra coisa também que queria dizer e não vou fazer análises técnicas porque concordo com algumas análises técnicas que o Serra da Silva fez. Há aqui alguns erros efectivamente, mas também tinha que se começar algum ano e a lei já saiu em mil novecentos e noventa e oito (1998) e o Serra esteve na Câmara quatro (4) anos, após mil novecentos e noventa e oito (1998), podia ter, pelo menos, experimentado implementar o Pocal, provavelmente neste momento não estávamos como se diz na vida, com as calças na mão, não é? Quatro anos e não se fez nada e agora vamos apresentar aqui o Pocal e, vamos apresentar o balanço e a demonstração e todas as outras peças contabilísticas e, efectivamente, há aqui alguns erros e nesta questão acho que a verdade tem de prevalecer acima de tudo. Uma coisa que os técnicos podiam ter feito, uma vez que já tiveram um trabalho tão grande para fazer o dois mil e dois (2002), era acrescentar pelo menos os números comparativos de dois mil e um (2001), pelo menos, porque tiveram que ter alguma referência, podiam pelo menos ter incluído os de dois mil e um (2001), mesmo com alguns erros, a gente já tínhamos alguma ideia. Depois, falando das contas e dos resultados, efectivamente o resultado é muito negativo, é muito negativo, também concordo com o Serra da Silva, não esperava também, soube das contas muito depois, tive conhecimento das contas muito depois do Serra da Silva, mas para mim o resultado é muito negativo e podia ser melhorado. Por exemplo, naquela rubrica que está lá na sessenta e nove (69), provavelmente, se os técnicos tivessem, se calhar, questionado algumas pessoas, podiam ter reduzido aquela conta da sessenta e nove (69), como o Serra sabe, só vai a custos o que é que custa no próprio exercício, e não vai a custos quando são despesas feitas em investimento, porque aí são amortizáveis, já estou a ver, até pela concordância do Serra, que ele está especialista nesta área, eu já estou a ver isso Serra, já estou a perceber que tu és especialista agora. E há aqui, há aqui mais outras coisas que nós podíamos ver, eu não quero fazer qualquer análise política porque a tua análise política, Serra Silva, em relação a isto, é totalmente diferente da minha, estive cá, eu nunca falei do passado, é a primeira vez

que estou a falar do passado, e estiveste cá, fiz tudo bem, estes vieram agora, fazem tudo mal. O professor Cabral já fez uma exposição bastante séria sobre essa situação. O que me preocupa, basicamente, não são as contas, porque as contas, se efectivamente têm alguns erros podem ser corrigidas, é como o Serra disse e bem, quando o Tribunal de Contas estiver a analisar isto, tem lá técnicos especializados e há-de pedir algumas correcções. Preocupa-me, na essência das contas, é que a receita própria, a receita própria desta autarquia é vinte por cento (20%) do total das receitas e nós, ou trabalhamos todos e damos ideias para alterar o modelo de gestão que tem vindo a ser seguido e que esta Câmara, no meu entendimento, ainda não alterou na totalidade, e que consiste em captar investimentos, que consiste em captar pessoas para vir para Borba, consiste num conjunto de dinamização económica e social, ou nós avançamos para essa área,

O Presidente da Assembleia Municipal :: Senhor Francisco Silveira, já foi várias vezes avisado, como público não pode falar.

Francisco Silveira : Quer que eu saia, eu vou já sair.

O Presidente da Assembleia Municipal: Exactamente, deve sair. Obrigado. Pode continuar.

O Membro Rui Bacalhau : Tenho sorte com este município. Sempre que estou a falar, há cenas com este município. Parabéns. Sou mesmo um homem felizado nisto, já na outra vez, foi a mesma cena. Agora, repete. Enfim. Pronto, estava só a querer dizer, Serra, porque, em relação às contas, queria ser sério contigo, concordo com algumas coisas que tu disseste, tecnicamente concordo, e uma que tu disseste, e muito bem, é que, cada vez mais, a demonstração dos resultados, que é aquilo que eu faço dia-a-dia, a demonstração dos resultados é aquilo que me preocupa momento a momento. E vai ser a análise para o futuro, mas também já sabes, com certeza, se não, eu explico-te rapidamente, no teu tempo, emprestaram dinheiro em situações mais difíceis do que estas, nos anos em que estiveste na gestão da Câmara. Até por algumas recomendações que tu fizeste, a demonstração, o resultado líquido baixava substancialmente, não era tão negativo, com algumas recomendações que tu fizeste e que eu, depois de as ter lido, também fiz ao Presidente da Câmara. Logo, quando apresentasse a demonstração de resultados a uma entidade bancária, já teria alguma facilidade, já teria alguma facilidade em recorrer ao crédito. Mas eu queria acabar o raciocínio de há pouco, que era o das receitas próprias verso receitas totais. Tenho aqui um caderno, que arranjei há dias, de vez em quando também vou assim a umas acções curiosas e depois arranjo uns temas assim, e lembrei-me de vos apresentar aqui uma quantidade de Municípios, nomeadamente, Municípios do PS, do PSD e da CDU, estou aqui a ver a Câmara de Almada, do Seixal, para dizer as da CDU, onde a percentagem de receitas próprias face às receitas totais andam todas elas, todas elas acima dos sessenta e cinco por cento (65%). E acho que, se Borba continua a andar à volta dos vinte por cento (20%), cada vez mais temos jovens a irem para Lisboa, cada vez mais temos pessoas a desinvestir de Borba e, cada vez mais, temos Borba a caminhar para a desertificação. Eu acho que é esse contributo que nós, como deputados desta Assembleia, tu, como Vereador, tens que transmitir para a Câmara, e tu tens mais reuniões com o Executivo, e nós temos que dar esta contribuição, dinamizar a economia, dinamizar o tecido empresarial da região para melhorarmos isto, porque se não melhorarmos as receitas próprias nestas contas, penso que Borba, o futuro de Borba, obviamente, não estará hipotecado, hipotecado já estava quando este Executivo pegou na Câmara, mas, em qualquer das formas, o futuro de Borba estará aquém das suas possibilidades, penso. Só queria fazer o último reparo e para que ficasse, no Pocal já não existe conta de gerência.

O Presidente da Assembleia Municipal: Muito obrigado. Senhor Moura Lopes, se faz favor.

O Membro Moura Lopes : Eu devo dizer que, estou de certo modo preocupado com o comportamento de alguns elementos do partido socialista nesta Assembleia. Assistimos aqui, não foram muitos, felizmente, mas assistimos aqui, por parte de alguns membros desta Assembleia, não sei onde é que aprenderam democracia, mas a tentativa de ditadura aqui nesta Assembleia, a tentativa de calarem os membros da CDU, felizmente e aqui eu pacto as minhas intervenções pela verdade e o máximo rigor possível, felizmente que o senhor Presidente da Assembleia não alinhou nisso. Se tem alinhado, eu digo-vos com toda a franqueza, eu tinha arrancado e tinha-me ido embora, desta vez, marcava o meu protesto desta maneira, felizmente que o senhor Presidente da Assembleia não alinhou, enfim, no coro que se tentou

gerar, também digo, não foram todos os membros do partido socialista, de alguns membros do partido socialista, e nomes não digo porque não ando aqui a dizer nomes. Entrando, a ditadura exercem-na, já agora dizer mais qualquer coisa, daqui a bocadinho quando for à votação, mas essa, essa é uma ditadura democrática, é ditadura da maioria contra a minoria. Agora, tentar calar os membros da CDU, eu penso que isso, isso tem que ser revisto, faço um apelo aos membros do partido socialista porque nunca se viu nesta Assembleia o que se viu hoje aqui. Lembrar aqui também, já foi aqui falado, lembrar aqui também, dezenas e dezenas de vezes foi pedido para o senhor Vereador, na altura, Mário de Deus, falar, e ninguém proibiu o senhor Vereador Mário de Deus de falar. E ele por vezes também, por vezes alargava-se e, como a gente sabemos, também tinha o direito de expressar-se e expressava-se, expressava-se da sua forma. Voltando ao ponto da ordem de trabalhos, passado quase dois (2) anos das eleições, em que o partido socialista ganhou as eleições, continua-se a falar no mandato anterior. Foi o partido socialista que disse, vamos dar a volta a isto, e então porque é que não dão? Vamos dar a volta a isto, e porque é que não dão? Eu repito, que às vezes pode haver alguém que não ouça. Gostava de dizer também, neste grande calhamaço que está aqui, coisas que são muito caras, ou que eram muito caras para o partido socialista, a taxa de execução é zero (0), e não é só uma, são muitas. Então, se eram assuntos tão importantes para o partido socialista, porque é que não executaram alguma coisa? Eu admito, admito que cem por cento (100%) não é fácil, certas obras executadas em cem por cento (100%), e até, se perguntar ao senhor Presidente, ele vai dizer que tem quatro (4) anos, e depois, daqui por mais algum ano, vai dizer que quatro (4) anos não chega, que precisa de mais quatro, mas pronto, mas isso, eu admito isso tudo. Agora, assuntos como a saúde, etc., etc., que há por aí, não vou enumerá-los todos para não ser fastidioso, com a taxa de execução zero (0), então não era possível pôr lá uma pedra, pôr lá uma coisa qualquer? Um assunto tão importante, foi dito na campanha eleitoral pelo partido socialista, que era a menina dos olhos, digamos, do partido socialista. Porque é que não se deu um passo? Ponham lá cinco por cento (5%) de execução, ponham dois (2), ponham três (3), mas zero (0)? E lembrar, lembrar que o engenheiro Carlos Cabral agarrou muito nesta questão, aqui, hoje, não a agarrou, digamos, nos mandatos anteriores fez muito cavalo de batalha, é verdade que houve taxas de execução de quarenta (40), cinquenta (50), sessenta (60), setenta por cento (70%), mas havia lá qualquer coisa. Agora, nestas contas temos aqui taxa de execução zero (0) em muitos, em muitos casos, que eu não vou aqui repetir. Disse.

O Presidente da Assembleia Municipal : Muito Obrigado.

O Membro Jerónimo Cavaco : Boa noite a todos. Senhor Moura Lopes, em primeiro lugar há uma coisa que com certeza, pelo menos a mim, não me vai ver fazer nesta Assembleia e que é soprar nos microfones. De facto, penso que não seja uma forma de calar, digamos, a oposição conforme o senhor Moura Lopes referiu. Também lhe gostaria de responder que o PS, quando iniciou, ou quando se apresentou à população, disse que ia dar a volta ou que íamos dar a volta a isto, pode ficar descansado que essa volta irá acontecer, só que antes dessa volta acontecer, há que criar condições e reparar os erros que existiam de doze (12) anos de mandato e acredite, e esta Assembleia com certeza terá consciência, e as pessoas que por lá passaram e o actual Executivo mais consciência têm que não são tão poucos quanto isso, são demasiados erros para se conseguirem resolver. A questão do passado é uma questão que, infelizmente para mim, deve estar presente e tem de estar presente por uma razão muito simples, porque nós não podemos olhar para o futuro de Borba, sem vermos os erros que foram cometidos no passado. Nós não os devemos esquecer, temos sim de aprender com eles, tentar verificar aonde é que o Executivo anterior errou, e errou muito, não tenhamos dúvidas absolutamente nenhuma disso, se calhar por isso é que tecnicamente ouvimos as explicações que ouvimos, nomeadamente no que respeita às receitas próprias e às outras questões, e às taxas de execução. Se formos ver porque é que existe uma taxa de execução como existe, chegamos à conclusão que a maioria daquilo que os senhores disseram que estava feito, afinal não estava, que a tal pedra que o senhor Moura Lopes disse que devia colocar lá para dizer que estava feito, não valeria a pena porque nem sequer um projecto existia, porque a diferença entre um projecto e um desenho é algo muito profundo e efectivamente o Município de Borba acaba por pagar erros de gestão graves que levam a que eu tenha de concordar com o Rui, não é que não tenha de concordar com ele muitas vezes, mas concordo com ele. Este Executivo, quando agarrou no Concelho praticamente o futuro de Borba não estava hipotecado, mas estava muito perto disso, vamos ver daqui a quatro (4) anos, e se calhar no final do mandato, fazem-se as contas tal como foram feitas há dezoitos (18)

meses atrás, o julgamento político foi feito e a questão está encerrada. Houve uma intervenção que me pareceu técnica, ou mais, mais política do que técnica, que foi a do Vereador Serra Silva, que me parece que de facto, tem o valor que tem, como o Presidente disse os números têm o valor que têm, como o Joaquim Serra Silva disse os números têm o valor que têm, a sua intervenção terá o valor que tem. Em todo o caso não deixa de ser uma intervenção de uma pessoa que teve responsabilidades neste Município e que, por aquilo que eu sei, teve responsabilidades neste Município durante diversos anos em áreas tão importantes, como todos nós sabemos, e com certeza estará mais à vontade do que qualquer, pelo menos mais à vontade do que eu para se pronunciar sobre determinadas questões técnicas que foram aqui levantadas. Em todo o caso, não deixa de ser interessante que o vejamos levantar essas questões técnicas, quando a Câmara anterior não teve, não conseguiu, se calhar não interessa, porque não interessa falar no passado, a capacidade de implementar o Pocal, o que é facto é que ele tinha de ser implementado e está aqui, bem ou mal ele está cá, o que interessa é que efectivamente está feito. Agora, interessa efectivamente aprender com aquilo que fizemos menos bem desta vez, se efectivamente há erros vamos corrigi-los, mas corrigi-los de uma forma construtiva. Não dizer que a Câmara está a escamotear resultados aqui, ou que inexplicavelmente está a fazer isto, aquilo ou outro, há que dizer que esta Câmara teve a hombridade ou os técnicos desta Câmara, tiveram a hombridade e a coragem de apresentar um relatório conforme o que está aqui feito. Seja que haja conta de gerência, que haja só conta, para mim são pormenores de relevância diminuta, porque na realidade ninguém discute o trabalho que efectivamente está aqui feito, que é aquilo que é obrigatório por lei e está feito e está realizado, quando há autarquias a nível nacional, e se calhar a maioria das autarquias a nível nacional, se calhar não têm isto que aqui está feito. Isto está realizado e vai para o Tribunal de Contas, estamos a discuti-lo, vamos ver se está bem feito ou se não está bem feito. Agora, o engenheiro Carlos Cabral disse aqui uma coisa que me parece verdade, a tal taxa de execução que o Vereador referiu, se nós fôssemos verificar porque é que essa taxa de execução provavelmente é tão baixa, chegávamos à triste conclusão que ela é tão baixa porque os projectos que os senhores disseram que tinham feito, no final do mandato, e volto a referir, num documento oficial a dizer que tinham feito, quando este Executivo chegou lá, afinal não havia nada feito, não havia, e já vimos isso aqui na última Assembleia, não vamos voltar ao mesmo. Tivemos a oportunidade de discutir projecto a projecto, aquilo que realmente estava feito, o engenheiro Carlos Cabral não estava presente, talvez por isso é que ele o tenha referido, mas tivemos a oportunidade de verificar projecto a projecto e chegámos a tristes conclusões que afinal não era nada daquilo que a população de Borba leu, felizmente não acreditou, felizmente não acreditou porque chegaram doze (12) anos de equívoco, e de facto, as questões importantes deste Município não tiveram resolução durante doze (12) anos e é por isso é que nós estamos no estado em que estamos, isto é, este Executivo, esta Assembleia tem responsabilidades durante dezoito meses (18), muitos dos senhores têm mais anos de responsabilidade. Agora, eu continuo a dizer, não utilizo uma frase já feita que foi utilizada durante um governo que viveu durante algum tempo no nosso país, mas em todo o caso está na altura é das pessoas trabalharem, dar o seu contributo da forma mais digna que for possível, e esse contributo deve ser dado nos sítios certos e nos fóruns certos. Não basta dizer que as coisas estão mal feitas, têm que ser fundamentadas, para além de dizerem que estão mal feitas, por esse facto é que este Município, durante doze (12) anos estagnou completamente ao ponto de se ter que ouvir dizer aqui hoje que infelizmente o futuro de Borba, ou o futuro dos jovens de Borba, o futuro do concelho de Borba pode vir a estar hipotecado. Era só isto senhor Presidente.

O Presidente da Assembleia Municipal : Obrigado. Norberto Alpalhão, se faz favor.

O Membro Norberto Alpalhão : Senhor Presidente, eu só queria responder ao senhor Moura Lopes, mas muito breve e lembrar só uma coisa, sempre ouvi dizer ao meu avô: quem não sente, não é filho de boa gente. Só isto. A atitude que eu tive foi aquela que vi durante anos aqui nesta casa.

O Presidente da Assembleia Municipal : Obrigado. Professor Cabral, se faz favor.

O Membro Carlos Cabral : Com toda a consideração pessoal que o senhor Moura Lopes me merece, não posso deixar passar em claro que não se pode vir para aqui utilizar expressões como ditadura da maioria, ditadura da democracia, ditadura dos votos, não pode ser. Evidentemente que a democracia é feita com

partidos políticos, não há outra forma, partidos políticos ganham as eleições e, quando têm a maioria, não se pode agora vir dizer que utilizam a ditadura democrática ou a ditadura de maioria, quer dizer, é um contra-senso, digamos, as palavras são o que são. Quanto à outra questão, eu devo-lhes dizer que é preferível pôr zero em execução do que pôr cinco por cento (5%), dez por cento (10%) e andar a enganar as pessoas, quer dizer, há coisas que eram para fazer, não foi executado nada, zero em execução. A transparência tem que ser assumida por nós todos, não vale a pena, a gente andar aqui a enganar, evidentemente, por exemplo, quando se fala, para dar um exemplo, quando se fala no Alto dos Babelos, não se falta à verdade, uma execução vai em dez por cento (10%) na medida em que já foram comprados terrenos, que já há projectos de pormenor e não sei quê. Simplesmente, como não há obras, é mais sério pôr zero por cento (0%), do meu ponto de vista, cada um tem a opinião que tem, e eu respeito a dos outros, espero que respeitem a minha. O senhor Moura Lopes falou, que era a menina dos olhos, e é, e vai-se realizar, que é a questão do Centro de Saúde, em que se tem trabalhado muito durante este ano. Efectivamente sabe tão bem como nós que o Centro de Saúde não é uma obra da Câmara Municipal, não é uma obra da Câmara Municipal, é uma obra da Administração Central. Só isto.

O Presidente da Assembleia Municipal: Muito obrigado. Doutora Filipa, se faz favor.

O Membro Maria Filipa Almeida : Continuo a não fazer ainda apreciações políticas, mas, daquilo que tenho ouvido, ainda não ouvi nenhuma explicação para alguns erros que estão enunciados na proposta que, não é a proposta sobre a conta de gerência, é a proposta sobre os documentos de prestação de contas do ano dois mil e dois (2002). Peço desculpa do lapso. Mas o que eu pergunto, e parece que não vou ter muito bom resultado na resposta porque daquilo que já ouvi, a bancada do Partido Socialista não está preparada para discutir estes documentos de prestação de contas do ano dois mil e dois (2002), não está, não está preparada, já mostrou que não está preparada. A bancada do partido socialista não está preparada porque senão já o tinha feito. A bancada do partido socialista tem estado aqui a fazer apreciações sobre a prestação de contas dos mandatos da CDU e não é isso que está em discussão, o que está em discussão é a prestação de contas do ano dois mil e dois (2002) da responsabilidade da maioria do Partido Socialista neste concelho. Houve eleições, sim senhor, a democracia ditou, os votos ditaram que o Partido Socialista iria gerir o concelho durante quatro anos, é isso que está a fazer, é sobre isso que tem de prestar contas. No futuro haverá eleições outra vez, mas não podemos estar a fazer futurologia, nem a julgar os mandatos anteriores, estamos a julgar o ano dois mil e dois (2002), a execução do ano dois mil e dois (2002), e sobre isto, a bancada do Partido Socialista pouco disse até agora. E o que eu pergunto, mas parece que ainda tenho menos condições agora para perguntar porque o doutor Rui Bacalhau, que sabe muito disto, já não está aqui, é se este chamado Relatório de Gestão que nos foi apresentado, de três (3) páginas mais o anexo que nos foi distribuído hoje, o que eu pergunto, muito seriamente, é se do ponto de vista legal, os senhores consideram que isto tem alguma semelhança, se tem alguma semelhança com o que o POCAL define como Relatório de Gestão, e eu deixo a pergunta, senhores eleitos. Os senhores conhecem o POCAL, ou pelo menos há elementos da Assembleia Municipal que conhecem, que têm obrigação de conhecer o POCAL, e a pergunta que eu faço não é para a Câmara, naturalmente, mas o senhor Presidente da Câmara pode sempre responder, mas para a bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal, o que eu pergunto, doutor Rui Bacalhau, é se este Relatório de Gestão tem alguma semelhança com a folha seiscentos e vinte sete (627) do POCAL, que define o que é que é o Relatório de Gestão.

O Membro Rui Bacalhau : Bom, a senhora fala com alguma calma, naturalidade e os objectivos já há muito estão delineados, é tentar não ajudar o Executivo, mas sim meter lenha para a fogueira para tentar atear as situações. Na minha intervenção inicial eu tinha dito que concordava com alguns aspectos técnicos que o Vereador Serra da Silva fez e volto a reafirmar aquilo que disse à pouco, concordo com alguns reparos técnicos que o Vereador Serra fez e acho que alguns até poderiam ter sido melhorados, e não vou repetir-me naquilo que disse há pouco, não gosto de estar sempre a dizer o mesmo, porque estou habituado a trabalhar em empresas privadas, nunca fui funcionário público e, nas empresas privadas, não se pode falhar assim, sob pena de as empresas irem para a falência. Nas Câmaras, como as receitas vêm do Estado em oitenta por cento (80%), dá para fazer muitos erros. Houve aqui um Executivo que fez erros durante doze (12) anos, a senhora era Vereadora desse Executivo, e mesmo assim não foi à falência, agora vêm outros a tentar tapar o buraco. Mas eu, o que eu quero aqui reafirmar é que o Relatório de Gestão,

efectivamente apresentado, e como a senhora disse a página e tudo muito bem, eu também tenho esse livro, já há pouco o disse, podia ter sido melhorado, poderia efectivamente ter sido melhorado. Tive a disponibilidade das contas após, se calhar, a senhora as ter em sua posse e, quando as li, quando as observei, quando as comparei com esse mesmo livro, verifiquei que havia algumas lacunas, mas poderá ser melhorado e é para isso que aqui estamos, é para tentar ajudar este Executivo que foi pioneiro, foi pioneiro na apresentação destas contas, quando o seu Executivo já o devia ter feito e não o fez em devido tempo. Por isso, em relação ao Relatório de Gestão, acho que a resposta está dada. Deixe-me só, já agora que tenho a palavra, deixe-me só acabar a intervenção. Eu também não concordo porque, volto a dizer, sempre trabalhei em empresas privadas, com o alargamento do prazo da entrega das contas, eu penso que as contas deveriam ter sido entregues até ao dia trinta (30) de Abril, e expressei isso ao Presidente da Câmara, acho que não deveríamos adiar, assim como nenhuma autarquia deste país deveria adiar a entrega das contas. Se há uma lei, se os outros erraram, nós não podemos errar, portanto, se o Executivo do PCP já tinha errado, o Executivo do PS tem que ser diferente e tinha que apresentar as contas até ao devido tempo. Em relação à taxa de execução, que já aqui foi diversas vezes falada, Serra, recordas-te? Era eu muito jovem e agora também sou jovem ainda, mas tinha vinte e três (23) anos, e uma vez, aqui nesta Assembleia, disseste-me que era normal a taxa de execução ser assim, tinha eu vinte e três (23) anos, hoje já tenho quase mais onze (11), e disseste-me que era normal ser assim. Portanto, esta situação da taxa de execução, até é um pouco melhor que aquelas que vinham sendo praticadas nos Executivos do PCP, por isso, face a isso, não sei porque é que a taxa de execução está a ser tão criticada, quando o PCP fazia muito pior. Não me vais ouvir a falar mais do passado. Tenho dito.

O Membro Maria Filipa Almeida : Senhor Presidente, eu tenho o direito de resposta porque fiz uma pergunta, só fiz uma pergunta. O senhor Presidente da Câmara estava inscrito para falar, deu a palavra ao doutor Rui para responder à pergunta e ele fez uma intervenção, portanto, senhor Presidente, é exactamente no sentido de colaborar, no sentido de ajudar a Câmara que fizemos a proposta de correcções técnicas que fizemos e que está na mesa.

O Presidente da Assembleia Municipal: Muito obrigado. Senhor Presidente da Câmara.

O Presidente da Câmara Municipal : Bom, naturalmente que em termos técnicos não vou responder, por isso tenho aí dois técnicos que nos podem secretariar e que podem dar alguma ajuda, se assim for necessário, mas também não vou, em termos políticos, responder ao senhor Vereador Serra porque estas coisas são para ser tratadas e respondidas e discutidas em reuniões de Câmara. Não vou falar do passado, mas vou apenas e só dizer que, relativamente a isto que hoje foi afirmado pelo Vereador Serra, e só falo do passado, e é um passado recente, tem que ver com a última reunião de Câmara. Não há qualquer relação entre, ou pelo menos muito superficialmente, entre a declaração de voto que o Vereador Serra apresentou e os comentários que fez e aquela que hoje foi aqui lida e comentada. Isto o senhor Vereador não pode desmentir, portanto, eu, em relação ao Vereador Serra, não vou responder, mas não havia qualquer relação, ou havendo, é muito superficial, mas, e até podíamos ler aqui, eu até posso, se o Vereador mo permitir, depois podem copiar e enviar a cada um dos eleitos, que não tem nada que ver com aquilo que aqui foi dito. Relativamente às questões técnicas, naturalmente que isso é por nós reconhecido no relatório que pode eventualmente haver erros, penso que os erros que existem, se calhar são capazes de ser muito menores do que em Câmaras que têm se calhar muito mais técnicos do que a nossa. Penso que o trabalho foi bem executado, acho que os técnicos estão de parabéns, há lacunas, toda a gente erra, mas isso cá estaremos para resolver. De qualquer maneira, se houver alguma questão técnica, os técnicos estão ali para responder.

O Presidente da Assembleia Municipal : Obrigado. António Paixão, se faz favor.

O Membro António Paixão: Senhor Presidente, só para, na questão que a doutora Filipa ali apresentou sobre o Relatório de Gestão e que a senhora até indicou qual é a página do Pocal, que eu não tenho presente e também já nem me lembro bem, mas eu tive a ler agora, assim muito superficialmente, o Relatório de Gestão e também tenho uma opinião de que o exigido no Pocal também não está aqui bem, enfim, não está bem de acordo com o que temos aqui, com o que o Pocal exige.

O Presidente da Assembleia Municipal : Muito obrigado,

O Membro António Paixão: Portanto, eu só pedia à Câmara que também tomasse em atenção esta situação para de facto verificar se há ou não alguma concordância e, se pudesse remediar, tanto melhor. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal: Muito obrigado. Engenheiro Cabral, se faz favor.

O Membro Carlos Cabral : Só para perguntar ao senhor Presidente quando é que pensa fazer o intervalo desta reunião, na medida em que as janelas estão fechadas, está um calor insuportável.

O Presidente da Assembleia Municipal :: Aceito a sua sugestão, já passaram cerca de duas (2) horas e íamos fazer um intervalo de dez (10) minutos, mas são só dez (10) minutos. O senhor Moura Lopes diga, se faz favor.

O Membro Moura Lopes : Salvo melhor opinião, eu penso que o que está aqui em causa é isto, até ao momento, digamos, podíamos concluir que há algumas insuficiências, um erro aqui ou acolá, nem quero alargar muito esta consideração. O que está em causa é isto, é a Câmara que assume corrigir, digamos, aquilo que já foi aqui falado, não é? E até ver melhor, ou senão assume, eu penso que seria de bom senso a Câmara, digamos, assumir, vai rever esta questão e vai trazer aqui à Assembleia, de uma outra forma, com os erros corrigidos.

O Presidente da Câmara Municipal : Senhor Presidente, se me permite, eu queria passar, já que em termos políticos eu darei as explicações necessárias, mas eu queria passar a palavra aos técnicos para prestar alguns esclarecimentos.

O Presidente da Assembleia Municipal : Faz favor .

O Técnico da Câmara : Antes de mais, queria começar por vos explicar que foi necessário, isto é um documento que foi necessário efectuar no meio de um ano económico, portanto foi preciso recuperar dados e, além das dificuldades todas que são geradas por estarmos a trabalhar numa autarquia em que as pessoas, os funcionários, ou a maioria dos funcionários, não está sensibilizado para este tipo de contabilidade, torna as coisas mais difíceis. E com base nestas dificuldades todas, e ainda mais quando se têm de fazer alterações em termos de programas informáticos, de trabalhar com duas empresas, uma na parte de inventariação, e outra na parte do sistema informático propriamente dito, e é preciso compatibilizar todos esses valores, não é fácil apresentar as contas e, devido a isso também, houve algumas opções que tiveram que ser tomadas face aos dados que nos permitiram chegar a estes valores. Há aqui algumas questões, por exemplo neste caso, no anexo ao Relatório de Gestão, é uma explicação de algumas opções que foram tomadas e que foram tomadas devido a necessidades e a problemas que surgiram no decorrer da efectivação das contas. Então tivemos que tomar algumas decisões e estas foram as tomadas em relação a estas contas que aqui estão explicadas. Foram as opções que nos pareceram mais correctas tomar na altura. Em relação a algumas contas, por exemplo na questão dos bens, eles foram eventariados efectivamente pela Site: os móveis em dois mil e um (2001), e os bens imóveis em dois mil (2000), mas depois foi feito pelos serviços da Câmara, durante o decorrer do ano, foram feitos os respectivos abates e as respectivas aquisições na parte do imobilizado. Em relação à conta, à questão de não estarem divididos por fornecedores, por clientes e etc., o Vereador tem toda a razão nesse aspecto, mas isso foi também devido ao facto, de quando se fez a recuperação de dados, foi difícil saldar as contas de terceiros e então, por uma questão de opção, nos pareceu mais lógico colocarmos numa conta. Em relação a isso, é a explicação que temos, basicamente pareceu-me que era o que tínhamos que explicar em relação às contas.

O Presidente da Assembleia Municipal : Muito obrigado. Portanto, não há mais inscritos, nós temos aqui assim uma proposta apresentada pelos eleitos da CDU, eu ia colocar à votação a admissão desta proposta. Quem vota a favor da admissão da proposta, faz favor de levantar o braço, Faz favor de baixar. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, está aprovada, está admitida por unanimidade. Agora, quem se

quer inscrever para falar sobre a proposta?

O membro Carlos Cabral: Uma questão rápida. Primeiro uma nota: na proposta e nas intervenções subsequentes nunca foi referido uma nota, por se ter apresentado as contas, o Pocal, não digo para fazerem grandes elogios mas uma nota, de congratulação não ficava mal. Segunda questão: a proposta dá como exemplos toda uma série de questões que foram primeiro apontadas pelo senhor Vereador Serra Silva e depois estão apontados nessa proposta. Desses exemplos, do que foi possível notar, na medida em que não é distribuída por escrito, muitos deles referem-se essencialmente a questões de não transcrição para este documento, de, ou projectos ou fundos que estavam por receber e o outro é a não contabilização das obras sob administração directa. Sobre a não contabilização das obras sob administração directa, eu solicitava ao senhor Presidente da mesa, se os técnicos me podem explicar porque é que não estão contabilizados, porque na medida que se fossem contabilizadas, até baixariam o défice e o tornavam mais aplicativo. Terceira nota: sobre esta proposta, segundo declaração que já ouvimos da Câmara, propõe-se corrigir completamente este documento, logo, a correcção deste documento é o conhecimento de alguns erros técnicos existentes, se a Câmara se propõe a correcção, não vejo grande utilidade em falar em graves erros e retornar à Câmara o documento. Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal: Mais alguém quer falar sobre a proposta? Doutora Filipa, se faz favor.

O Membro Maria Filipa Almeida : Só em relação à intervenção do doutor Carlos Cabral. Se a Câmara se propõe fazer as correcções que são tecnicamente enunciadas nesta proposta, nós iremos ter outros documentos, porque os números vão ser outros e quando se altera um número numa conta, num balanço, num relatório, não é só esse número que é alterado, vamos ter todos os documentos alterados, e daí a nossa proposta de devolver, e aqui o devolver não é uma devolução política, devolver os documentos à Câmara para que eles sejam efectivamente corrigidos.

O Presidente da Assembleia Municipal : Mais alguém quer falar? Vamos votar a proposta. Quem vota a favor, faz favor de levantar o braço. Podem baixar. Quem vota contra, faz favor de levantar o braço. Quem se abstém, faz favor de levantar o braço. Muito obrigado. A proposta não foi aceite por treze (13) votos contra, três (3) a favor e uma abstenção. Se não há mais ninguém inscrito sobre este ponto, vamos pôr à votação o documento que nos foi enviado pela Câmara. Portanto, sobre a apreciação do inventário foi feita a apreciação. Agora temos o documento de prestação de contas. Quem vota a favor do documento de prestação de contas, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra, faz favor de levantar o braço. Quem se abstém, faz favor de levantar o braço. Portanto, o documento que foi remetido pela Câmara foi aprovado por treze (13) votos a favor, três (3) votos contra e uma (1) abstenção.

O Membro Maria Filipa Almeida: Declaração de voto sobre os documentos, prestação de contas do ano dois mil e dois (2002). Os eleitos pela CDU votaram contra pelas razões a seguir expostas: Análise política. Ao analisarmos a execução anual do plano plurianual de investimentos, apresentado e aprovado pela actual maioria, temos que concluir que a CDU tinha razão, quando na apresentação do PPI, votou contra dizendo que o mesmo não tinha um horizonte de quatro (4) anos, mas no mínimo de dez (10). Assim, desta análise e, feita de uma maneira não muito aprofundada, verifica-se que vinte e dois (22) projectos ou acções previstos iniciar em dois mil e dois (2002), não apresentam nenhuma execução. Trata-se de projectos tão importantes como aquisição de terrenos para novos loteamentos, sede da Junta de Freguesia de S. Bartolomeu, parque de feiras e exposições e Zona Industrial do Alto dos Baceiros. Verifica-se ainda que o actual Executivo ainda não iniciou nada de novo, limitando-se apenas a gerir as obras iniciadas no anterior mandato, e mesmo essas com ritmos muito baixos. A taxa de execução de quarenta e quatro por cento (44%) é bem elucidativa de que é preciso maior dinâmica para o desempenho e cumprimento dos planos traçados. A taxa de execução apresentada é mesmo assim desvirtuada para valores superiores, pois se tivermos em linha de conta que parte desta execução orçamental, consistiu no pagamento de obras já anteriormente efectuada e ou contratada pelo Executivo anterior, a taxa de execução seria ainda mais reduzida. Se tomarmos como certo que este foi um ano extraordinário de receitas, recebimento de valores dos terrenos da variante, aprovação de candidaturas com obra feita e

paga, o futuro será certamente pouco auspicioso. De realçar ainda que, apesar de se terem pago oitocentos mil euros de dívidas a fornecedores, estão outros oitocentos mil por pagar e foram consumidos dois (2) empréstimos para pagamentos de fornecedores e outro de um milhão de euros para investimentos. É também de referir o desequilíbrio orçamental entre receitas correntes e despesas correntes, aproximadamente quinhentos mil euros, que deveriam ser explicados e fundamentados, principalmente se tivermos em conta que o mesmo se agravou. A contenção, entre aspas, das despesas com pessoal, foi mascarada pelo brutal aumento na aquisição de serviços, popularmente conhecida como contratos a recibo verde, quer dizer, substituíram-se contratos a termo por formas escondidas de contratar pessoas sem qualquer tipo de concurso. Segue-se a análise técnica, que é igual à apresentada na proposta e termina-se desta forma. É de facto, com um somatório de zeros (0), que a Câmara Municipal de Borba apresenta a demonstração dos resultados.

O Presidente da Assembleia Municipal : *Agora vai ser entregue para assinatura o termo de aprovação final das contas. Agradecia que todos os membros da Assembleia fizessem a sua rubrica.*

Ponto três ponto dois: Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização.:

O Presidente da Assembleia Municipal : Vamos entrar no ponto três (3) dois (2), apreciação do regulamento municipal de edificação e urbanização. Quem pretende falar sobre este assunto, faz favor de se inscrever.

O Presidente da Câmara Municipal: A proposta de projecto de regulamento tinha vindo à Assembleia Municipal, não me recordo qual, e tinha entrado em discussão pública. Não houve nenhum munícipe que tenha apresentado sugestão, foram os próprios serviços que apresentaram algumas alterações que constam agora no documento, e que no fundo transformaram a proposta em regulamento. Portanto, o regulamento vem aqui para aprovação e depois vai ser publicado novamente. Muito obrigado senhor Presidente.

O Presidente da Assembleia Municipal: Doutor Manguinhas, se faz favor.

O Membro Joaquim Manguinhas : Apenas um pequeno considerando em relação a este assunto, eu dantes preocupava-me muito, e continuo a preocupar-me naturalmente, mas houve uma altura em que pensei, bom isto é o nosso desgaste e as pessoas não aparecem na discussão pública porque nós não conseguimos transmitir o interesse que isto tem para o dia-a-dia, para a vivência das pessoas que residem no concelho. Mas verifico que continua tudo na mesma, e realmente isto é apenas um lamento, uma chamada de atenção não sei para quem porque não é só aqui, é em todo o lado. Quando há discussão pública, do que quer que seja, ninguém aparece, ou seja, nós, entre aspas, nós os políticos, entre aspas, não conseguimos transmitir, tirando a altura das campanhas, e nessa altura toda a gente aparece, aparecem, as salas estão cheias, mas depois isto vai-se perdendo. Não sei se a culpa é nossa, se é dos outros, mas efectivamente isto é triste porque, sempre que há uma discussão pública, do que quer que seja, este é um tema muito importante que atravessa, enfim, todo o interesse do cidadão residente em Borba, mas em Évora é quase a mesma coisa, tem havido épocas de opinião, a pobreza realmente, enfim, da participação dos Municípios, dos munícipes nesta área tão importante que é de um período, supõe-se, de trinta (30) dias, imposto pela lei para a discussão pública, que ninguém aparece, toda a gente tem opinião à mesa do café, toda a gente tem opinião na praça, mas depois, quando é preciso debitar alguma criatividade para elaborar os documentos, ficam, digamos que, os técnicos sozinhos, com a obrigação de cumprir o preceituado legal e pronto, esta é a pobreza que a democracia, a nossa democracia que não é tão velha quanto isso, parece-me que não conseguiu ainda arranjar os mecanismos para, enfim, para cativar a opinião pública para a discussão das coisas do dia-a-dia, a discussão nos locais próprios, com os técnicos certos. Obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal : Engenheiro Cabral, se faz favor.

O membro Carlos Cabral : Muito obrigado senhor Presidente. Eu considero este regulamento muito importante e tão importante que estava tentado a fazer uma coisa que aprendi aqui nesta Assembleia hoje. Ou seja, estava tentado a fazer uma intervenção inicial e depois repeti-la como declaração de voto quando for posto à votação. Mas como não percebo nada de urbanização e de edificação, abstenho-me de o fazer.

Muito obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal : Professor Mendes, se faz favor.

O membro Francisco Mendes : Eu só queria chamar a atenção para um pormenor, penso que deve ter sido uma gralha na página vinte e três (23), portanto, artigo cinquenta e nove (59), número três (3), termina com o artigo cento e dezoito (118) do decreto de lei número, e depois não aparece o número do decreto de lei. Não sei se é o que é referido anteriormente, se é só no meu que não aparece. Portanto, chamava a atenção para esse aspecto. Portanto eu repito, é na página vinte e três (23), o artigo cinquenta e nove (59), número três (3), do artigo cento e dezoito, do decreto de lei número e depois não aparece o número do decreto de lei.

O Presidente da Assembleia Municipal: Mais alguém quer fazer uma intervenção sobre isto? Vamos passar à votação. Quem vota favoravelmente o regulamento municipal de urbanização e edificação, faz favor de levantar o braço, faz favor de baixar. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, está aprovado por unanimidade. Vamos passar ao ponto três (3) três (3), proposta de alteração à tabela de taxas, licenças e tarifas para o ano dois mil e três (2003).

Ponto três ponto três: Proposta de alteração à Tabela de Taxas, Licenças e Tarifas para o ano de 2003.

O Presidente da Câmara Municipal : Senhor Presidente, se me permite. Só para dizer que, no fundo, esta proposta de alteração tem que ver com o regulamento, que foi anteriormente colocado à votação e aprovado e, portanto, nós temos que, de certa forma, adaptar as tabelas e é isso que se pretende.

O Presidente da Assembleia Municipal: Mais alguém quer falar sobre este assunto?

O Presidente da Assembleia Municipal : Vamos passar à aprovação destas alterações. Quem vota a favor, faz favor de levantar o braço. Faz favor de baixar. Quem vota contra, faz favor de levantar o braço. Quem se abstém, faz favor de levantar o braço. Muito obrigado. Portanto, está aprovado com catorze (14) votos a favor e três (3) abstenções. Vamos passar ao último ponto da ordem do dia, apreciação sobre as actividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira. Passava a palavra ao senhor Presidente da Câmara.

Ponto três ponto quatro: Apreciação sobre as actividades da Câmara Municipal e da sua situação financeira.

O Presidente da Câmara Municipal : Queria aqui fazer, hoje, uma breve reflexão, que se prende com o pelouro do planeamento e principalmente deixar uma preocupação. Bom, e essa preocupação prende-se com a lentidão, com o emperrar, passo o termo, da engrenagem que os órgãos da administração local, regional e central põem relativamente a alterações que nós pretendemos introduzir, contrariamente àquilo que tem sido dito aqui, nomeadamente por algumas pessoas ligadas à oposição, que só antigamente é que havia emperramentos. Portanto, há sempre grandes dificuldades, tem que se pensar sempre muito, há sempre, aliás, eu acho que Portugal é um país onde se pensa muito e se age pouco e, portanto, por vezes acontece que muitas dessas atitudes acabam por entravar o desenvolvimento dos concelhos. Estou-me a referir, por exemplo, a um caso quase anedótico, ainda na semana passada, salvo erro, estive na CCRA por causa de colocar algumas questões relacionadas com planeamento e apercebi-me que é dito por vários arquitectos da CCR, por exemplo, que a Zona Industrial da Cruz de Cristo, isto é um exemplo, está sob REN, portanto, a REN não foi desafectada, que há loteamentos que estão sob REN e eu, naturalmente que disse à senhora arquitecta que nem pensasse que eu fosse gastar estes anos todos, este tempo a preocupar-me a desafectar a REN que é um problema que não é meu, que é um problema que é herdado, portanto, não estou para aí virado, pretendo é de facto desenvolver as coisas e há sempre inúmeros entraves, quer aqui, quer em Lisboa, relacionado, por exemplo, com o PDM. Portanto, a postura das pessoas, é uma postura que de facto, à partida, me deixa preocupado pela inércia, pela postura que por vezes têm à resolução dos problemas, depois, pela própria morosidade e pelo tempo de análise, portanto, são de facto algumas preocupações e não entendam isto como lamentação, entendam isto efectivamente

como uma preocupação. Isto passa-se no planeamento como se passa com os autos de medição, como se passa em tudo isso, portanto, em termos de actividades, quando se falava que havia entraves, que havia atrasos, atrasos continuam a existir porque no fundo, porque no fundo, e às vezes até nos têm sido feitas algumas acusações, relativamente à postura de algumas pessoas ligadas ao partido socialista, que desempenhavam funções e que estão nesses órgãos de decisão, quero-vos dizer que, na maior parte dos casos, essas pessoas são as mesmas que lá estão e, nós estamos a sentir exactamente a mesma coisa. Portanto, o que prova que não era só no tempo em que a CDU cá estava que havia esses atrasos e que havia essa postura. Em relação aos meus pelouros, além disso que aí aparece enumerado, e que poderei esclarecer alguma questão que seja colocada, quero-vos deixar pelo menos esta grande preocupação porque é, penso que é muito importante em termos de futuro, para o desenvolvimento de Borba. Muito obrigado. Passava a palavra, se o senhor Presidente mo permitisse, ao senhores Vereadores.

O Vereador Artur Pombeiro : Em relação às actividades da Câmara, no respeitante aos meus pelouros, para além das que vêm enumeradas, devo dizer-lhe que as águas da Nora que já foram aqui comentadas e discutidas, que era um projecto anterior, a verdade é que não estava executado e as pessoas vinham reclamando já há algum tempo, pelo menos há dois ou três anos. Neste momento, é para informar que já estamos com cerca de oitocentos (800) metros, para além da primeira fase que já se executou junto à estrada com conduta enterrada. Na rua de S. Francisco também já iniciámos, há algum tempo, uma obra extremamente complicada, na medida em que os esgotos domésticos estavam a escoar para os sumidouros das pluviais. Como sabem, a conduta da água passava ao centro da via, e neste momento foram as condutas de água instaladas de novo nos passeios. E para quê? Para que numa próxima ruptura, eventual ruptura que pudesse acontecer, não partir de novo o pavimento. Pensamos que a obra irá ter um ritmo superior, depois de se resumir praticamente à conduta de esgotos e pluviais. Tem sido uma obra de facto difícil, parece que está sempre no mesmo sítio, mas efectivamente não está. Na Etar da Ribeira, está aberta a estrada, vai ser pavimentada na próxima semana e estamos a trabalhar nos arranjos paisagísticos. Na Fonte da Ferrenha a mesma situação, como sabem, estavam os tubos enterrados, foram enterrados tal como foram, na tapada do Anjinho, sem projecto, sem orçamento, existe apenas um desenho, não existe um orçamento. Na tapada do Anjinho nos últimos dias antes das eleições, foram ali enterrados os tubos para o saneamento, afinal ainda lá estão, é uma obra que vai ser executada. A Tapada do Anjinho irá ter o saneamento. O loteamento da Nave está numa fase bastante adiantada, aguarda-se agora apenas a montagem de uma conduta de água e das pavimentações e calcetamentos. Na Cerca, como se sabe, grande parte dos passeios, também não estavam calcetados, já estão concluídos. É evidente, são tudo obras que o anterior executivo me deixou, mas nós já concluímos. Mas deixaram não foi no fim do mandato, deixaram por concluir a alguns anos a esta parte. Portanto, quando nos dizem aí que nós não temos taxa de execução, temos e dizia aqui para o colega Vereador Joaquim Serra que ele se congratulava aqui há dois (2) ou três (3) anos, e isto tocando ali nas palavras do deputado Bacalhau, em que se congratulava com uma taxa de trinta e dois por cento (32%). Esta, de facto, foi superior, se calhar não foi a melhor e a que nós ambicionávamos, mas aconteceu. Neste momento estamos também a efectuar o corte dos pastos nas bermas de todas as estradas do concelho e estamos também a intervir nas piscinas, tentando introduzir alguns melhoramentos.

O Vereador Humberto Ratado: Muito boa noite a todos. Portanto, quanto aos meus pelouros, queria ao abrigo do que está aí mencionado na listagem, também dizer que as actividades que se estão a desenvolver, que se irão desenvolver durante este fim-de-semana e no próximo fim-de-semana, e até, digamos, até já Agosto também têm sido objecto de preparação. Portanto, além destes que já sofreram a sua preparação e execução também, durante este período existiram, pela minha parte, preparação e pela parte dos técnicos que me rodeiam. Além do que está aí, só queria fazer aqui um pequeno comentário, que é o seguinte, que os técnicos da empresa BETOFER, assim como a DREIA, felizmente que vieram ao Pavilhão e recuperaram todas as novas avarias detectadas pelos nossos técnicos. É só o que tenho a dizer.

O Presidente da Assembleia Municipal: Alguém quer falar sobre este assunto? Ivone Espiguinha, se faz favor.

O Membro Ivone Espiguinha : Quero referir a iluminação pública nas partes antigas, isto é um problema

que é levantado já há cinco (5) anos e tal, perto de seis (6), e continuamos praticamente na mesma. O ano passado, houve ali a Praça, porque toda a gente vê, mas o resto?

O Presidente da Câmara Municipal: Sim, queria dizer à Ivone que este é um assunto que realmente nos tem preocupado mas informo em primeira mão, porque chegou ontem, e aliás já tinha sido dito aqui, mas chegou ontem a homologação do projecto que vai permitir a substituição de todas as lâmpadas brancas por lâmpadas amarelas em todo o Concelho. Portanto, esta substituição vai ocorrer até ao final deste ano e, portanto, esperemos que, em termos de iluminação, haja muito mais iluminação em todo o concelho e menos custos de energia. Em relação a essa situação, tem que ver com novos pontos de luz, os novos pontos de luz, portanto, é uma situação nalguns casos complicada, porque pode não existir potência para a sua instalação, no entanto já foram dadas ordens no sentido de se avançar com algumas, com alguns pontos de luz novos, e vai passar exactamente pela Nora também. Nora e não só, vamos procurar satisfazer todos os lugares com alguns pontos de luz, não podem ser muitos porque o dinheiro também não é muito, mas esperemos que haja hipótese de satisfazer pelo menos aqueles sítios mais prementes.

O Presidente da Assembleia Municipal : António Paixão, se faz favor.

O Membro António Paixão: Obrigado senhor Presidente. Senhor Presidente, quero-me expressar mais uma vez nesta Assembleia, sobre o plano plurianual de investimentos e também a sua execução no ano de dois mil e dois (2002), portanto, que ele de facto apresenta alguma execução, enfim, seria mais desejável que fosse, que tivesse uma execução mais elevada, e lembrar agora ao Executivo presente que, no ano em que estamos, no ano dois mil e três (2003) e até dois mil e cinco (2005), constam do PPI várias obras em todo o concelho, mas eu particularmente, se me permitem, cinjo-me aqui apenas às obras que se irão desenvolver, espero bem, na freguesia de Rio de Moinhos, e apelar a este Executivo para ter em atenção e, no próximo ano, quando formos aprovar as prestações de contas, não termos que repetir este desagrado, manifestado pela bancada da CDU, e que é legítimo, e com o qual eu também estou um pouco em acordo, para ver se conseguimos ter uma taxa de execução um bocadinho superior. Recordo-me que temos aqui os loteamentos, o lavadouro do Barro Branco, os molok's, que era para conseguirmos no ano dois mil e dois (2002), até dois mil e cinco (2005), neste momento a taxa está a zero, portanto, já passou o dois mil e dois (2002), já vamos a meio de dois mil e três (2003), portanto isto, para além de outras, das Etares, dos saneamentos básicos, etc. Só chamar a atenção do Executivo que estamos já em meados de dois mil e três (2003), e nesta altura ainda nada do que já está previsto aqui para ser executado no ano dois mil e três (2003), está a avançar, portanto, nada destes programas que eu tenho aqui reunidos. Ao mesmo tempo, dentro das actividades da Câmara, que sei que são algumas e tenho acompanhado algumas, inclusivamente na freguesia de Rios Moinhos, queria já agora fazer uma pergunta ao Senhor Presidente, a este Executivo: Em termos de saneamento eu sei que o problema da Etar de Rios de Moinhos, está-nos atravessado a todos, mas temos que tomar as providências que pudermos e, enfim, e dar os passos que também for possível dar. Já em relação aos saneamentos básicos da Talisca, dos Mouchões e da Tapada do Anjinho, que me parece que são a desenvolver pela Câmara Municipal e se entendi, o Senhor Presidente da Câmara já me está a dizer que não, nesse caso eu entendi mal, mas então que sobre eles também haja alguma atenção e, não sendo a Câmara a desenvolvê-los, que eles tenham também de facto algum andamento porque estão, desde há muito, também a prejudicar as pessoas da freguesia. Relativamente ao trânsito, há bocadinho o engenheiro Cabral falou aqui sobre o trânsito e eu não quis na altura intervir, para não estar a roubar tempo e aproveitar para depois, de uma vez por todas, lembrar a este Executivo que o trânsito tem deficiente sinalização em Rio de Moinhos e há necessidade urgente também de nos debruçarmos sobre isto. O que me parece é que ainda falta a nomeação da comissão de trânsito para aprovar depois as medidas que vierem a ser necessárias, eu creio que desta vez não temos comissão de trânsito. O recado, e que é quase urgente, este é um bocado urgente e tem mais a ver com o Vereador, o senhor Vereador Artur e, que é a recolha urgente dos resíduos sólidos porque eu já fiz um ofício ou fax para a Câmara a alertar para esta situação, que até já fomos ameaçados com contra-ordenações, não vamos tanto pelo medo das contra-ordenações, pelo mau ambiente que provoca o mal-estar que causa às pessoas que vivem lá perto, portanto eu faço um apelo aqui ao Executivo e ao Vereador Artur, e neste sentido, um apelo, já urgente, mesmo para que se resolva este problema dos resíduos sólidos. E ficava-me por aqui. Obrigado.

O Presidente da Assembleia Municipal: Mais alguém quer falar sobre o assunto? Rui Bacalhau, se faz favor.

O Membro Rui Bacalhau : É mais rápido que o meu colega Paixão, as reivindicações do Paixão são de um homem que anda no terreno, eu é mais aqui três ou quatro pormenores, já agora, Senhor Presidente, queria congratular-me com a apresentação do relatório que já é mais sucinto. Acho que aqui a cultura, desporto e educação ainda podia ser mais sucinto, tantos pormenores acho que não se justificam, mas tem aqui uma frase que me chamou a atenção: apoio e autorização para a realização da prova do décimo sexto (16) Circuito Vodafone. Eu acho que nós devemos ir a Lisboa pedir mais iniciativas destas, não temos que autorizar, temos é que chamar mais para cá, porque eu estava cá nesse fim-de-semana, como estou cá em todos, e vi o movimento que essa acção deu a Borba, portanto, temos é que ir captar mais e deixemos as autorizações, eles que venham para cá, isso era no tempo de outra senhora, que se tinha que autorizar, agora que venham para cá iniciativas deste género, vamos à procura delas. Portanto, era só, deste relatório era só mais ou menos o que eu queria dizer. O controlo relativamente às contas, Senhor Presidente, vou fazer aquele reparo que já ando a fazer há dezoito (18) meses, eu acho que após a discussão que tivemos aqui no primeiro ponto do relatório, estas já não são justificáveis agora. Desde o momento em que se implementa o Pocal isto não é aplicável, até porque o Pocal tem lá um ponto que é o controlo financeiro e é importante, até para podermos acompanhar e ir desagregando as amortizações ao longo do ano, para termos uma ideia geral. Se observarmos, além dos erros técnicos que tem aqui nos cabeçalhos um é do mês quatro (4), e depois no outro é a execução do primeiro quadrimestre, não é assim? O primeiro está correcto, o segundo era a execução só do mês de Abril, teríamos que meter aqui já as rubricas que estão no Pocal e fazer uma demonstração dos resultados mais resumida, mas pronto, eu sei que vocês andam com muito trabalho, mas, como dizia um professor meu, trabalho, trabalho, trabalho e à quinta, estudar. E uma outra pergunta, desde o dia vinte e oito (28) de Fevereiro, dia em que foi falado aqui num famoso jornal, que eu só via em fotocópias, chamava-se Borba-news, nunca mais saiu, será que desapareceu? Já aqui há uns tempos tinha desaparecido o borbensus ausentus esses desapareceram, agora desapareceu o Borba-news. Quando é que o senhor tinha dito aqui na Assembleia que iam enviar para a polícia judiciária? Assim o procedeu? quais foram as diligências que fez nesse sentido? Já viu, que responsáveis dos dois organismos, levaram muito a sério essa sua intervenção, nomeadamente, deixe cá olhar para os cabeçalhos, a Inspeção Geral de Administração do Território, e a Inspeção Geral das Finanças? E a Polícia Judiciária, o que é que diz sobre esse caso? É que o autor ou os autores a partir dessa Assembleia em que o senhor ameaçou com a Judiciária, de facto eles fugiram. Será que tiveram algum problema ou alguma coisa parecida? Era só.

O Presidente da Assembleia Municipal : Senhor Presidente da Câmara se faz favor.

O Presidente da Câmara Municipal: Bom, então em relação a estas duas intervenções aqui do Paixão e do Rui Bacalhau. Em relação a Rio de Moinhos penso que o loteamento da Nave e da Senhora da Vitória espera-se que estejam concluídos em Julho suponho eu, em relação aos Molok's não está a zero, há vários Molok's que foram comprados e neste momento penso que já há Molok's instalados em Rio de Moinhos, um pelo menos já foi. Em relação às Etares e a questão das águas, eu separava as duas coisas, portanto, em relação às Etares tinha pensado e vou fazer algum esforço nesse sentido para ver se consigo tentar fazer uma Assembleia Extraordinária ainda este mês ou logo no início do mês de Julho, onde vai estar presente, um administrador das Águas do Centro Alentejo S.A. para transmitir tudo aquilo que está a ser feito e penso que não é pouco. Suponho eu que nomeadamente a questão da Etar de Rio de Moinhos já está colocada, suponho eu a concurso ou pelo menos os estudos estão de certeza, o mesmo se passa em relação às restantes, portanto, de aglomerados inferiores a cinco mil (5000) habitantes salvo erro, esses vão ser lançados os concursos até ao final deste ano, mas de qualquer maneira eles têm dados muito mais correctos do que estes que eu estou a dizer e vou tentar que eles que cá venham até essa data. Em relação à Talisca nós estávamos a querer resolver a situação, e é isso que está falado com as Águas do Centro Alentejo S.A., para que quando eles decidissem a localização da Etar do Barro Branco, ver se essa Etar passava para a parte de baixo da estrada com o objectivo de não estar a instalar uma pequena fossa, uma pequena Etar para o aglomerado da Talisca. Em relação ao trânsito naturalmente que há essas deficientes sinalizações e o senhor Vereador já tomou nota. A questão dos resíduos sólidos, também dizer-vos que

hoje fui solicitado pela Associação de Municípios para que utilizasse os meus préstimos junto da EDP, felizmente tenho boas relações com a EDP no sentido de acelerar a instalação da electricidade na Central de Transferências dos Resíduos Sólidos de Borba. Neste momento penso que as coisas vão funcionar com o gerador, foi comunicado imediatamente à EDP, falei com a EDP e a promessa que até ao dia dezasseis (16), a obra vai estar pronta finalmente. Entretanto eu perguntei por que é que tinha havido este atraso e parece que as questões têm sempre a ver com o mesmo, dinheiro, com o facto das Câmaras não pagarem e portanto, falta o dinheiro à Associação. A Associação não paga aos empreiteiros os empreiteiros não pagam aos sub-empreiteiros e há a confusão do costume. Relativamente aos Ecopontos, já foi feita uma campanha de sensibilização, foi a possível, faremos com certeza mais, logo que eles estejam instalados. Em Évora já estão instalados, esperemos que Borba os tenha rapidamente e portanto, isto pode eventualmente ir solucionar, ou pelo menos minorar o problema da questão. Em relação à questão do Rui Bacalhau, portanto, a questão do controle das contas, atenção que, aliás isso foi dito aqui, houve grandes dificuldades a fazer as coisas. Bem, agora neste momento há problemas ainda para corrigir e acontece que agora é que vamos passar para este ano. Portanto, há em termos de sistema informático montes de coisas para alterar e para melhorar e portanto, pode eventualmente ter a ver com isso, pode eventualmente, mas isso é uma questão que os técnicos têm que tratar. Em relação à questão da Polícia Judiciária não faço qualquer comentário, a única coisa que digo é que eu coloquei essa questão à senhora Delegada do Ministério Público e portanto, os documentos foram enviados. Parece que o processo é este, não se mandam os documentos directamente para a Polícia Judiciária, entregam-se à senhora Delegada do Ministério Público para onde foram encaminhados e se ela o entender envia para a Polícia Judiciária porque enviar directamente parece que o procedimento não está correcto. aguardo que me sejam dadas informações sobre se seguiu ou não seguiu, de qualquer maneira pensei pedir-lhe uma audiência para saber como é que as coisas estão. Também dizer-vos que eu queria entregar o processo em mão, mas não entreguei o processo em mão porque a senhora Delegada mudou, e a senhora Delegada parece que só atende casos muito urgentes e parece que este não era um caso urgente e portanto, foi entregue em mão, não à Senhora Delegada do Ministério Público, mas aos funcionários do Ministério.

O Presidente da Assembleia Municipal: Vamos passar à leitura da minuta da acta. Está aprovada por unanimidade. Está encerrada a sessão.

DOCUMENTOS ANEXOS A ESTA ACTA:

Anexo 1 - Pedido de substituição do Membro Luís Nascimento

Anexo 2 - Correspondência Expedida

Anexo 3 - Correspondência Recebida

Anexo 4 - Ofício do Ministério das Cidades

Anexo 5 - Ofício da Inspeção Geral de Finanças

Anexo 6 - Declaração de voto da C.D.U